

**MUNICÍPIO  
DE  
PAREDES DE COURA**



**ATA N.º 24/2020 – 24 DE NOVEMBRO DE 2020**

**DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL**

**(MANDATO DE 2017/2021)**

(Contém 29 páginas)

**Estiveram presentes os seguintes membros:**

**Presidente: Vítor Paulo Gomes Pereira**  
**Vereador: Tiago Manuel Pereira da Cunha**  
**Vereadora: Maria José Brito Lopes Moreira**  
**Vereador: Vítor Manuel Rosas da Silva**

**Faltou o seguinte membro:**

**Vereador: Sérgio de Sousa Caselhos**



## MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

Ata n.º 24/2020 da reunião ordinária realizada no dia 24 de novembro de 2020 iniciada às 10h30m e concluída às 13h00.

### SUMÁRIO

### PÁGINAS

ABERTURA .....	3
PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO .....	3
PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.....	3
PERÍODO DA ORDEM DO DIA.....	3
APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR .....	3
BALANCETE .....	3
SERVIÇO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA E FINANCIAMENTOS.....	4
CONTRATAÇÃO DE APÓLICE DE SEGUROS – 41/20_S .....	4
REABILITAÇÃO DA CASA GRANDE DE ROMARIGÃES – 30/20_E .....	8
CRIAÇÃO DE UM SPLASHPARK NO ESPAÇO ENVOLVENTE AO MERCADO MUNICIPAL – 47/20_E.....	9
DELIBERAÇÕES DIVERSAS .....	10
OPÇÕES DE PLANO E ORÇAMENTO E MAPA DE PESSOAL PARA 2021 .....	10
ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS.....	11
CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE COLABORAÇÃO COM A CIM ALTO MINHO .....	12
APOIO ECONÓMICO À FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE S. PEDRO DE RUBIÃES .....	12
APOIO À CAPITI - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL .....	13
LUTO MUNICIPAL PELA MORTE DE EURICO SILVA PINTO – REVERENDO PÁROCO DAS FREGUESIAS DE PAREDES DE COURA E RESENDE ..	14
AQUISIÇÃO DAS PARCELAS 103 PARA LIGAÇÃO A3 .....	15
AQUISIÇÃO DAS PARCELAS 104 E 104S PARA LIGAÇÃO A3 .....	16
AQUISIÇÃO DAS PARCELAS 106 E 160S PARA LIGAÇÃO A3 .....	18
AQUISIÇÃO DAS PARCELAS 167, 168,169, 170, 172, 183, 193 PARA LIGAÇÃO A3 .....	19
AQUISIÇÃO DAS PARCELAS 139 E 139S PARA LIGAÇÃO A3 .....	21
AQUISIÇÃO DE IMÓVEL SITO EM FORMARIZ.....	23
AQUISIÇÃO DE IMÓVEL SITO EM NOGUEIRA, PAREDES DE COURA.....	27
DIVISÃO DE URBANISMO E AMBIENTE.....	29
DESTAQUE DE PARCELA.....	29
PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM A APCOURA – PASSAGEM DE ANO .....	30
FORNECIMENTO DE ENERGIA ELECTRICA PARA INSTALAÇÕES ALIMENTADAS EM BTE,BTN E BTN-IP .....	32
AÇÃO SOCIAL .....	34
APOIO NA FREQUÊNCIA DE CRECHE - 3º TRIMESTRE DE 2020 .....	34
APROVAÇÃO DA MINUTA DESTA ATA .....	35
ENCERRAMENTO .....	35



## MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

### ABERTURA

No dia vinte e quatro do mês de novembro do ano de dois mil e vinte, no edifício dos Paços do Concelho e sala de sessões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal sob a presidência de Vítor Paulo Gomes Pereira, estando presentes os vereadores: Tiago Manuel Pereira da Cunha, Maria José Brito Lopes Moreira, Vítor Manuel Rosas da Silva e Sérgio de Sousa Caselhos.-----

A reunião foi secretariada por Ana Clara Ribeiro de Carvalho, técnica superior do Serviço Administrativo e Financeiro do Município.-----

Sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificando-se haver quorum para funcionamento do executivo, o presidente declarou aberta a sessão.-----

**Foi deliberado, por unanimidade, justificar a falta do Vereador Sérgio Caselhos, por compromissos profissionais inadiáveis.**-----

### PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO

Não houve intervenções.-----

### PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Não houve assuntos.-----

### PERÍODO DA ORDEM DO DIA

#### APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR

**PONTO 01: Aprovação da proposta de ata n.º 23/2020, da reunião ordinária de 10-11-2020 oportunamente distribuída e dispensada de leitura.**-----

**Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a ata n.º 23/2020, da reunião ordinária de 10-11-2020.**-----

### BALANCETE

**PONTO 02: A Câmara Municipal tomou conhecimento do balancete de Tesouraria, relativo ao dia 20-11-2020, que acusava os seguintes saldos:**-----

CX/BC	Fundos Maneio	Saldo	
	Presidência:	650,00 €	seiscentos e cinquenta euros
	Vice-Presidência:	200,00 €	duzentos euros
	Vereadora RPTI:	200,00 €	duzentos euros
	Vereador RPMT:	100,00 €	cem euros
	DAF	200,00 €	duzentos euros
	DECAS	400,00 €	quatrocentos euros
	DOSM	400,00 €	quatrocentos euros
	DUA	0,00 €	
Em cofre na Tesouraria:		5 877,72	cinco mil oitocentos e setenta e sete euros e setenta e dois cêntimos
Depósitos			
	Conta n.º 0035/00000038430 (CGD)	298 115,76€	Duzentos e noventa e oito mil cento e quinze euros e setenta e seis cêntimos
	Conta n.º 0035/00001129320 (CGD)	19 951,92€	dezanove mil novecentos e cinquenta e um euros e noventa e dois cêntimos
	Conta n.º 0035/00001129730 (CGD)	37 662,51€	Trinta e sete mil seiscentos e sessenta e dois euros e cinquenta e um cêntimos
	Conta n.º 0018/00032084298020 (BST)	6 975,17€	seis mil novecentos e setenta e cinco euros e dezassete cêntimos
	Conta n.º 0018/10533024020 - (BST)	900,18€	novecentos euros e dezoito cêntimos
	Conta n.º 0018/14401376020 - (BST)	1 643,81€	mil seiscentos e quarenta e três euros e oitenta e um cêntimos



## MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

Conta n.º 0018/14497465020 - (BST)	35 910,28€	trinta e cinco mil novecentos e dez euros e vinte e oito cêntimos
Conta n.º 0018/14 824 607 001 - (BST)	189 296,51€	Cento e oitenta e nove mil duzentos e noventa e seis euros e cinquenta e um cêntimos
Conta n.º 0018/14824607312 - (BST)		
Conta n.º 0018/15 094725020 - (BST)	4 681,88€	quatro mil seiscentos e oitenta e um euros e oitenta e oito cêntimos
Conta n.º 0018/15 889736020 - (BST)	23 168,96€	vinte e três mil cento e sessenta e oito euros e noventa e seis cêntimos
Conta n.º 0018/17568171020 - (BST)	3 269,69€	três mil duzentos e sessenta e nove euros e sessenta e nove cêntimos
Conta n.º 0018/17996034020 - (BST)	595,23€	quinhentos e noventa e cinco euros e vinte e três cêntimos
Conta n.º 0018/24966582020 - (BST)	38,65€	trinta e oito euros e sessenta e cinco cêntimos
Conta n.º 0018/32379778020 - (BST)	4,22€	quatro euros e vinte e dois cêntimos
Conta n.º 0079/00490503810 - (BIC)	983,93€	novecientos e oitenta e três euros e noventa e três cêntimos
Conta n.º 0079/00490503820 - (BIC)	€	
Conta n.º 0033/00 56 436 347 - (BCP)	3 656,14€	três mil seiscentos e cinquenta e seis euros e catorze cêntimos
Conta n.º 54700062007 - (NOVO BANCO)	5 961,08€	cinco mil novecentos e sessenta e um euros e oito cêntimos
Conta n.º 54700868009 - (NOVO BANCO)	7 324,14€	sete mil trezentos e vinte e quatro euros e catorze cêntimos
Conta n.º 0045/40024534053 (CCAM)	461 717,11	Quatrocentos e sessenta e um mil setecentos e dezassete euros e onze cêntimos
Conta n.º 0045/4028562054 (CCAM)	1 437 935,25€	Um milhão quatrocentos e trinta e sete euros novecentos e trinta e cinco euros e vinte e cinco cêntimos
Conta n.º 0045/40285634511 (CCAM)	459 673,53€	Quatrocentos e cinquenta e nove mil seiscentos e setenta e três euros e cinquenta e três cêntimos
Conta n.º 0010/3654235001001 (BPI)	5 561,15€	cinco mil quinhentos e sessenta e um euros e quinze cêntimos
Conta n.º 0019/20000383 (BBVA)	21 994,07€	Vinte e um mil novecentos e noventa e quatro euros e sete cêntimos

### SERVIÇO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA E FINANCIAMENTOS

#### CONTRATAÇÃO DE APÓLICE DE SEGUROS – 41/20\_S

**Ponto 03: Apreciação, discussão e votação da proposta de abertura do concurso público de “Contratação de Apólices de Seguros – 41/20\_S”, que a seguir se transcreve: -----**

**“Abertura de procedimento-----**

**1. Considerando: -----**

- As várias apólices de seguro atualmente em execução, das quais cessa a sua vigência no final do corrente ano, tornando-se por isso necessário abrir um novo procedimento, tendo em vista garantir a existência de seguros válidos em 01 de janeiro de 2021; -----

- A obrigatoriedade para o Município na aquisição de apólices de seguro para diversos ramos; -----

- Que o anterior contrato celebrado para aquisição de apólices de seguros termina em 31/12/2020. -----

**2. Processo Interno: -----**

41/20\_S;-----

**3. Objeto:-----**

Contratação de apólices de Seguros. -----

De acordo com a nomenclatura de referência aplicável aos contratos públicos CPV (Vocabulário Comum para os contratos públicos) adotada pelo Regulamento (CE) n.º 2195/2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008,



## MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

de 28 de novembro de 2007, o objeto do presente procedimento tem a seguinte classificação: 66510000-8: Serviço de Seguros. -----

**4. Prazo de vigência:**-----

- 1 ano, renovável por mais um período igual. -----

**5. Preço base:**-----

- € 190 200,00 (cento e noventa mil euros), isento de iva, que corresponde ao preço máximo admitido para a totalidade do período possível de vigência do contrato (2 anos), sendo ainda fixados, por lote, os seguintes preços base parciais e anuais:-----

-----**Lote 1 – 83.600,00 €/ano**-----

-----**Lote 2 – 11.500,00€/ano**-----

- Em cumprimento do disposto no nº 3 do artigo 47º, informa-se que preço base anual foi calculado em 95 100,00€ e total de 190 200,00 €, isento de IVA, em resultado dos seguintes preços parciais por ramo/lote: -----

RAMO DE SEGURO	OBJETO	PREÇO PARCIAL ANUAL
<b>LOTE 1</b>		<b>83.600,00 €</b>
ACIDENTES DE TRABALHO	P. Var. - Lei nº. 503/99	36.000,00 €
AUTOMÓVEL	Frota	14. 000,00 €
MULTIRRISCOS	Património Municipal	17.500,00 €
RESPONSABILIDADE CIVIL	Autarquia	15. 000,00 €
MÁQUINAS CASCO	Máquinas	1.100,00 €
<b>LOTE 2</b>		<b>11.500,00 €</b>
ACIDENTES PESSOAIS	Eleitos Locais	1.100,00 €
	Bombeiros	5.300,00 €
	Utentes Instalações	1.000,00 €
	Atividades Temporárias	1.000,00 €
	Voluntariado e CPCJ	1.500,00 €
	IEFP	1.600,00 €

Na base da sua determinação, levou-se em conta, por um lado, o histórico de custos com a contratação de objeto similar, a que acresce a atualização dos capitais a segurar nas apólices de Acidentes Pessoais e Multirriscos patrimoniais. -----

No caso concreto da apólice de responsabilidade civil prevê-se um acréscimo de custo, face aos resultados operacionais de sinistralidade registados na apólice, atingindo, nos últimos três anos uma taxa média de 203,96%. Na distribuição dos vários ramos pelos dois lotes, para efeitos do Artigo 46º-A, informa-se que foi seguida a metodologia já adotada em anteriores procedimentos. -----

De acordo com o critério para escolha de procedimento decorrente da alínea b) do nº 1 do artigo 20º do CCP, consideram-se reunidos os pressupostos para a autorização da despesa e do desenvolvimento do procedimento de formação do contrato, na modalidade de concurso público, previsto e regulado nos artigos 130º e seguintes do CCP. - -----



## MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

- Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar e de acordo com o artigo 47.º do CCP, o respetivo preço contratual não excederá o valor de € 99.100,00 (noventa e nove mil euros), isento de IVA, para o ano de 2021, sendo o restante montante previsto para o ano de 2022.-----

### **6. Encargos com contratos de aquisição de serviços (artigo 68.º da Lei n.º 2/2020, de 31 de março):-----**

- Para a celebração de contratos de aquisição de serviços no setor local o artigo 68.º da Lei n.º 2/2020, de 31 de março que aprovou o Orçamento de Estado para 2020, estabelece que: “1 - Os valores dos gastos com contratos de aquisição de serviços celebrados nos termos do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, nas autarquias locais, entidades intermunicipais, que em 2020 venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto de contrato vigente em 2019, não podem ultrapassar: a) Os valores dos gastos de 2019, considerando o valor total agregado dos contratos, sempre que a mesma contraparte preste mais do que um serviço ao mesmo adquirente; ou b) O preço unitário, caso o mesmo seja aritmeticamente determinável ou tenha servido de base ao cálculo dos gastos em 2019. ... 4 - Em situações prévia e devidamente fundamentadas pelos serviços competentes, o órgão da autarquia local ou entidade intermunicipal com competência para contratar, em função do valor do contrato, pode autorizar a dispensa do disposto no n.º 1, nos termos previstos no artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, reprimado pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11 de abril.”;-----

- No presente procedimento é dado cumprimento ao disposto no artigo 68.º da Lei n.º 02/2020, de 31 de março (LOE 2020), por via da dispensa de cumprimento do seu n.º 1, no uso da faculdade conferida pelo n.º 4 do mesmo artigo, face à ampliação parcial do objeto do contrato, por comparação com o executado em anuidades anteriores e acima referenciado;-----

### **7. Compromisso Plurianual:-----**

- Decorre do disposto no artigo 22.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho que a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente com a aquisição de serviços, não pode ser efetivada sem prévia autorização conferida pelo órgão deliberativo, salvo quando: a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados; b) Os seus encargos não excedam o limite de € 99.759,58 em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos;-----

- Relativamente aos compromissos plurianuais, estabelece-se no artigo 6.º, n.º 1, alínea c) da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso das Entidades Públicas (LCPA)), que “A assunção de compromissos plurianuais, ... está sujeita a autorização prévia da assembleia municipal, quando envolvam entidades da administração local”, e o n.º 3 do mesmo artigo, que “Nas situações em que o valor do compromisso plurianual é inferior ao montante a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, a competência referida na alínea c) do n.º 1 pode ser delegada no presidente da câmara”;

- Ainda ao abrigo do artigo 12.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, determina-se que “Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano”;-----

- Na sessão de 19-12-2019, por deliberação da Assembleia Municipal, com base nas disposições legais supra indicadas, foi deliberada a delegação no Presidente da Câmara Municipal da autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais, relativa a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no Orçamento, e até ao montante permitido por lei;-----

- A aquisição do presente serviço traduz-se numa despesa corrente de funcionamento de carácter continuado (já que tem de ser assegurada pelo Município de forma continuada e permanente aos serviços municipais), prevista no Orçamento Municipal e cujo montante não excede o limite de € 99.759,58 em cada um dos anos económicos



## MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

seguintes ao da sua contratação, estando, assim, reunidas as condições para, nos termos das normas supra mencionadas, ser despachado pelo Presidente da Câmara Municipal a autorização prévia para a assunção de compromisso plurianual. -----

### **8. Cabimento e Compromisso:** -----

- Encontra-se inscrito na proposta de Orçamento Municipal para 2021, nas rubricas 02.01030901 – Serviços Administrativos e Financeiros/Seguros e 02.020213 - Serviços Administrativos e Financeiros/Seguros de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais. -----

### **9. Escolha do procedimento:** -----

- Fundamentação de Direito: Concurso público (Artigo 20.º, n.º 1, b) e 39.º, n.º 4 do CCP); -----

- Fundamentação de Facto: Valor inferior a € 214.000,00 (Sem publicação no Jornal Oficial da União Europeia).

### **10. Peças do Procedimento (artigo 40.º, n.º 1, alínea c) do CCP):** -----

- Anúncio (artigo 130.º do CCP); -----

- Programa do concurso (artigos 41.º e 132.º do CCP); -----

- Caderno de encargos (artigos 42.º a 49.º do CCP). -----

### **11. Júri do procedimento (artigo 67.º, n.º 1 do CCP):** -----

Presidente: Sofia Lages de Carvalho, Técnica Superior; -----

1º Vogal: Janine da Mata Azevedo Soares, Técnica Superior; -----

2º Vogal: Maria da Conceição Gonçalves Alves, Técnica Superior; -----

1º Suplente: Xavier Manuel Rodrigues Pinto, Técnico Superior; -----

2º Suplente: Maria de Fátima Barbosa da Cunha, Técnica Superior. -----

### **12. Gestor do contrato (artigo 290.º-A do CCP):** -----

O contraente público deve designar um gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste, propondo-se a nomeação de Maria da Conceição Gonçalves Alves. -----

### **13. Órgão competente para a decisão de contratar:** -----

O Executivo Municipal, nos termos do artigo 33.º, n.º 1, alínea f) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, 12 de setembro e o artigo 18.º, n.º 1, alínea b) do Decreto-Lei n.º 197/99, 8 de junho. -----

### **Proposta para despacho do órgão competente:** -----

a) Autorização prévia para a assunção de compromisso plurianual (artigo 22.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, artigo 6.º, n.º 1, alínea c) e n.º 3 da LCPA, artigo 12.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, e a deliberação da Assembleia Municipal, tomada em sua reunião de 19-12-2019; -----

b) Decisão de contratar, de autorização da despesa e de escolha de procedimento para a “Contratação de Apólices de Seguros”, nos termos supra (artigos 36.º, 38.º e 39.º do CCP); -----

c) Aprovação da minuta de anúncio, do convite e do caderno de encargos, em anexo (artigos 40.º, n.º 2 e 39, n.º 3 do CCP); -----

d) Designação do júri (artigos 67.º, n.º 1 e 39, n.º 3 do CCP); -----

e) Delegação no júri das competências do órgão competente para a decisão de contratar (artigos 69.º, n.º 2 e 39, n.º 3 do CCP); -----

f) Designação do gestor do contrato (artigos 290.º-A e 39, n.º 3 do CCP). -----

Anexos: Informação de abertura, Programa de Procedimento, CE, Minuta do DR -----

**Para a abertura do concurso público de “Contratação de Apólices de Seguros – 41/20\_S”, o Executivo Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar:** -----

- A autorização prévia para a assunção de compromisso plurianual (artigo 22.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, artigo 6.º, n.º 1, alínea c) e n.º 3 da LCPA, artigo 12.º, n.º 1 do Decreto-Lei





## MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

n.º 127/2012, de 21 de junho, e a deliberação da Assembleia Municipal, tomada em sua reunião de 19-12-2019; -----

- -A decisão de contratar, de autorização da despesa e de escolha de procedimento para a “Contratação de Apólices de Seguros”, nos termos supra (artigos 36.º, 38.º e 39.º do CCP); -----
- -A minuta de anúncio, do convite e do caderno de encargos, em anexo (artigos 40.º, n.º 2 e 39, n.º 3 do CCP);-----
- -A designação do júri (artigos 67.º, n.º 1 e 39, n.º 3 do CCP);-----
- -A delegação no júri das competências do órgão competente para a decisão de contratar (artigos 69.º, n.º 2 e 39, n.º 3 do CCP); -----
- -A designação do gestor do contrato (artigos 290.º-A e 39, n.º 3 do CCP). -----

### REABILITAÇÃO DA CASA GRANDE DE ROMARIGÃES – 30/20\_E

**Ponto 04: Apreciação, discussão e votação da proposta da minuta do contrato e da proposta de adjudicação da empreitada de “Reabilitação da Casa Grande de Romarigães – 30/20\_E, conforme relatório técnico que se transcreve:-----**

Relatório Final -----

(de acordo com o art.º 148.º do Código dos Contratos Públicos (doravante designado CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação)-----

#### **Designação do júri do procedimento:**

Deliberação da Câmara Municipal de 01-09-2020

Presidente – Ana Margarida de Barros Rebelo

1.º Vogal – Mariana Lopes da Cunha

2.º Vogal – Helena Susana Barbosa de Sousa (suplente)

**Data da reunião:** 17 de novembro de 2020

**Abertura de propostas:** 16 de outubro de 2020

**Preço base:** 299.941,67 €

*Relatório final elaborado em cumprimento do disposto no artigo 148.º do CCP, ao qual se encontram anexos os documentos nele mencionados. -----*

*De acordo com o disposto no n.º 1 do art.º 147.º do CCP, o júri do procedimento procedeu à audiência prévia escrita dos concorrentes, fixando um prazo de 5 (cinco) dias úteis. Para o efeito, todos os concorrentes foram notificados do relatório preliminar, no dia 09-11-2020. Não foram apresentadas observações por parte dos concorrentes em sede de audiência prévia. -----*

*Com fundamento no supra exposto e nos factos constantes do relatório preliminar, elaborado em 06-11-2020, não havendo motivo para a exclusão de outras propostas e para a alteração do teor e das conclusões do referido relatório, o júri delibera, por unanimidade, propor ao órgão competente para a decisão de contratar a manutenção do teor e das conclusões do relatório preliminar, nomeadamente: -----*

1. *A admissão da proposta dos concorrentes a seguir identificados, por não se verificar qualquer dos motivos de exclusão previstos nos artigos 70.º, n.º 2 e 146.º, n.os 2 e 3, ambos do CCP:-----*

• -Alfredo & Carvalhido, Lda. -----

• -Queiras e Xedas Construções, Lda.-----

• -Armindo Afonso, Lda. -----

2. *A ordenação das propostas admitidas, para efeitos de adjudicação:-----*

Ordenação	Concorrente	Valor global
1º	Armindo Afonso, Lda.	287 583,93 €
2º	Queiras e Xedas Construções, Lda.	290 000,18 €
3º	Alfredo & Carvalhido, Lda.	295 271,38 €





## MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

3. Que a intenção de adjudicação desta empreitada seja manifestada à concorrente Armindo Afonso, Lda., pelo valor de 287 583,93 € (duzentos e oitenta e sete mil cento quinhentos e oitenta e três euros e noventa e três cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.-----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a minuta do contrato e, conforme relatório técnico, adjudicar a empreitada de “Reabilitação da Casa Grande de Romarigães – 30/20\_E” à concorrente Armindo Afonso, Lda., pelo valor de 287 583,93 € (duzentos e oitenta e sete mil cento quinhentos e oitenta e três euros e noventa e três cêntimos), acrescido de IVA à taxa em vigor. -----

### criação de um splashpark no espaço envolvente ao mercado municipal – 47/20\_E

**Ponto 05: Apreciação, discussão e votação da proposta técnica de esclarecimentos, retificação e alteração das peças do procedimento da empreitada de “Criação de um Splashpark no espaço envolvente ao Mercado Municipal 47/20\_E”:**-----

*Esclarecimentos, retificação e alteração das peças do procedimento, nos termos do art.º 50.º do código dos contratos públicos (CCP), aprovado pelo DL n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação -----*

*No âmbito do procedimento pré-contratual publicado no Diário da República em 11-11-2020, por Concurso Público, para a execução da empreitada “Criação de um Splashpark no espaço envolvente ao Mercado Municipal”, detetou-se nesta data erros de quantidades em alguns artigos. -----*

*Estabelece o n.º 7 do art.º 50.º do CCP que “(...) o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros e omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no mesmo prazo referido no n.º 5, ou até ao final do prazo de entrega de candidaturas ou propostas, devendo, neste caso, atender-se ao disposto no art.º 64.º”; -----*

*De acordo com o previsto no artigo 5.º do Programa de Procedimento, compete ao Júri do Procedimento, nomeado em 11-11-2020 por deliberação do Executivo de Paredes de Coura, composto por Jorge Paulo Alvarenga Lages, na qualidade de suplente, Helena Susana Barbosa de Sousa, na qualidade de suplente e Mariana Lopes da Cunha, como 2ª vogal, dar resposta por escrito a todos os esclarecimentos necessários. -----*

#### 1. ALTERAÇÃO DE QUANTIDADES-----

*Foram alteradas as quantidades dos seguintes artigos: 5.1.1, 5.1.2, 5.1.3, 5.1.4, 5.1.5, 5.1.6, 5.1.7 e 5.1.8 -----*

Artigo	Quantidade inicial	Quantidade final
5.1.1	1,00	2,00
5.1.2	1,00	2,00
5.1.3	1,00	2,00
5.1.4	1,00	2,00
5.1.5	1,00	2,00
5.1.6	1,00	4,00
5.1.7	1,00	3,00
5.1.8	1,00	2,00

#### 2. DECISÃO DO JÚRI DO PROCEDIMENTO-----

*Em conformidade com o anteriormente exposto, existem alterações no mapa de quantidades.-----*

*Como as alterações efetuadas nas quantidades dos artigos referidos anteriormente, resultaram de um erro de migração das quantidades do mapa de quantidades do projeto para o mapa de quantidades do concurso, estas alterações não se refletem no preço base do procedimento. -----*

*Tendo em consideração que estas alterações ao mapa de quantidades serão prestadas após o prazo estipulado - 2/3 do prazo para apresentação de propostas - o prazo para apresentação das propostas será alterado para às 16 horas, do dia 30-11-2020.-----*

*Será publicitada a alteração do mapa de quantidades a todos os interessados, na plataforma eletrónica usada para afeitos do concurso, em cumprimento do estipulado no n.º 8 do art.º 50.º conjugado com o n.º 4 do art.º 64.º, ambos do CCP. -----*



## MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

Não haverá alteração do preço base de 145.282,80€ (cento e quarenta e cinco mil duzentos e oitenta e dois euros e oitenta centimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.-----

### 3. CONCLUSÃO-----

De acordo com o n.º 2 do artigo 9.º, do Programa de Procedimento, deve o Órgão competente para a decisão de contratar pronunciar-se sobre a decisão relativa aos erros, com base na informação técnica descrita anteriormente. Assim e face ao exposto, o Júri do Procedimento propõe, por unanimidade: -----

- a) A aprovação da decisão apresentada anteriormente, relativa à alteração do mapa de quantidades:
- b) Em cumprimento do estipulado no n.º 8 do art.º 50.º do CCP, a publicação na plataforma eletrónica usada para efeitos de concurso de todos os elementos que constituem a resposta, a saber: resposta elaborada pelo júri do procedimento; Mapa de Quantidades alterado (com as alterações a cor azul) em formato PDF e Excel;-----
- c) A não alteração do preço base 145.282,80€ (acrescido de IVA à taxa em vigor);-----
- d) Alterar o prazo de entrega de propostas para as 16 horas, do dia 30-11-2020.-----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta técnica de esclarecimentos, retificação e alteração das peças do procedimento da empreitada de “Criação de um Splashpark no espaço envolvente ao Mercado Municipal 47/20\_E, supratranscrita.-----

### DELIBERAÇÕES DIVERSAS

#### OPÇÕES DE PLANO E ORÇAMENTO E MAPA DE PESSOAL PARA 2021

**PONTO 06 - Apreciação, discussão e votação da proposta de Orçamento e votação de proposta dos documentos das Opções do Plano e Orçamento, que inclui o Mapa de Pessoal nos termos do nº 4, artigo 29º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, para o ano de 2021, bem como a autorização para proceder à contração de um empréstimo de curto prazo, para acorrer a dificuldades de tesouraria, no ano de 2021, previsto no nº 1 do artigo 50º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, no montante que respeita os limites fixados no nº 5 do art.º55º da referida.-----**

O presidente da Câmara explicou que este ano, com a entrada em vigor do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas na sua plenitude, os documentos previsionais foram obrigatoriamente elaborados para um período de 5 anos, embora este espaço mais alargado de tempo se revista de um teor essencialmente informativo.-----

O Orçamento para o ano de 2021 representa, simultaneamente, a continuidade da estratégia de desenvolvimento em execução nos últimos 7 anos e o desenho de novos projetos para um espaço temporal mais alargado. Os próximos anos serão previsivelmente marcados pela concretização de obras de relevo para a promoção da atividade económica do concelho, permitindo a captação de novos investimentos e a criação de emprego, sem perder de vista a sustentabilidade das contas, o rigor económico e a diminuição expressiva da dívida.-----

Sobre o ano que se avizinha, o presidente da Câmara frisou a necessidade de ter em conta os efeitos da pandemia que afetam todos e que, dado o cenário de maior incerteza, reforçam a necessidade de atenção aos mais vulneráveis sem deixar de manter o foco no desenvolvimento económico. 2021 será o ano de conclusão da ligação à A3 e do inerente pagamento dos encargos assumidos no protocolo celebrado com a IP, designadamente as expropriações ainda dependentes da conclusão de diligências formais e os custos de comparticipação da obra. Destaca-se, pelo seu caráter de complementaridade, o alargamento Zona Industrial de Formariz – visado pelo Tribunal de Contas em outubro de 2020 - com conclusão prevista para o primeiro trimestre de 2022. Com financiamento aprovado desde o final de 2019, o alargamento da ZIF é acompanhado de novos investimentos na Área de Acolhimento Empresarial de Castanheira, na ligação desta Zona industrial à de Formariz, na criação de uma nova zona de acolhimento empresarial e no apoio à incubação de empresas. Estas obras serão, sem dúvida,



## MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

investimentos de interesse estratégico fundamental para o concelho, complementadas pelo sempre necessário investimento na Educação, na Ação Social e na Cultura, encaradas desde sempre por este executivo como motores do desenvolvimento económico. Em simultâneo, mantém-se a aposta na criação de melhores condições de vida para a população, designadamente através das obras na rede viária, do alargamento da rede de águas e saneamento, da reabilitação de equipamentos culturais e desportivos e ainda um significativo investimento na habitação social e nos transportes públicos. -----

Pelas perspetivas que abre, o esforço económico patente nestes documentos previsionais é vital para o futuro do concelho, ainda que possa representar uma ponderação, um rigor orçamental reforçado e um alargamento no tempo do investimento necessário noutros setores. -----

----- **“Depois de discutidos os documentos e prestados os esclarecimentos solicitados, as Opções do Plano e Orçamento, no valor de € 18 302 438,00 (dezoito milhões trezentos e dois mil quatrocentos e trinta e oito euros) e o Mapa de Pessoal nos termos do nº 4, artigo 29º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, para o ano de 2019, foram submetidos à votação, tendo sido aprovados, por unanimidade. -----**

----- **“Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a autorização para proceder à contração de um empréstimo de curto prazo, no valor de € 300 000,00 (trezentos mil euros), para acorrer a dificuldades de tesouraria, no ano de 2021”. -----**

### ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

**PONTO 07: Apreciação, discussão e votação da proposta de delegação da competência de autorização de assunção de compromissos plurianuais, ao abrigo do nº3 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março. -----**

**“PROPOSTA DE DELEGAÇÃO DA COMPETÊNCIA PARA AUTORIZAR A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, N.º 3 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE JUNHO, REPUBLICADA PELA LEI N.º 22/2015 DE 17 DE MARÇO -----**

*Considerando: -----*

- - o regime previsto na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA), que estabelece as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas; -----
- - as alterações introduzidas pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março à citada Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, designadamente o número 3 do art.º 6.º, onde agora se lê: “Nas situações em que o valor do compromisso plurianual é inferior ao montante a que se refere a alínea b) do n.º1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, a competência referida na alínea c) do n.º1 pode ser delegada no presidente de câmara.” -----

*Deste modo, propõe-se: -----*

- - que a Assembleia Municipal delibere no sentido de delegar no Presidente da Câmara Municipal a competência para a autorização prévia de compromissos plurianuais, nas situações em que o valor do compromisso é inferior ao montante a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho (€ 99 759,58), de forma a tornar mais céleres os procedimentos que envolvam a assunção de tais compromissos plurianuais, nos termos do disposto no n.º 3 do art.º 6 da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação atual; -----
- - que a presente deliberação produza efeitos a partir do dia 1 de janeiro de 2021 até 31 de Dezembro de 2021. -----

*Informa-se que: -----*

- - a assunção de compromissos plurianuais a coberto da delegação que ora se propõe, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e -----



## MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

*procedimentos previstos na Lei n.º 8/12, de 21 de Fevereiro, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas;* -----

*Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da delegação que ora se propõe.* -----

-----**“A Câmara Municipal, mediante a informação transcrita, tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, propor que:**-----

----- **que a Assembleia Municipal delibere no sentido de delegar no Presidente da Câmara Municipal a competência para a autorização prévia de compromissos plurianuais, nas situações em que o valor do compromisso é inferior ao montante a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho (€ 99 759,58), de forma a tornar mais céleres os procedimentos que envolvam a assunção de tais compromissos plurianuais, nos termos do disposto no n.º 3 do art.º 6 da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação atual;**-----

----- **que a presente deliberação produza efeitos a partir do dia 1 de janeiro de 2021 e até 31 de dezembro de 2021.**-----

### **CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE COLABORAÇÃO COM A CIM ALTO MINHO**

**Ponto 08: Apreciação, discussão e votação da proposta de comparticipação financeira à ULSAM, no sentido de apoiar a situação de emergência pública provocada pela pandemia COVID19, nos termos do contrato Interadministrativo de colaboração, que se anexa e fica a fazer parte integrante desta ata:** -----

“Foi assinado em 03 de Abril de 2020 um contrato interadministrativo de colaboração com a ULSAM tendo em vista a melhoria da capacidade de resposta dos serviços de saúde do Alto Minho (coordenados pela ULSAM) à situação de emergência de saúde pública provocada pela pandemia COVID-19, em que os municípios do Alto Minho se comprometeram a apoiar através da comparticipação financeira para a aquisição dos bens e equipamentos.-----  
Deste modo e estando prevista neste âmbito a transferência por parte do Município de Paredes de Coura no valor de 6 171,65 €, pedia o apoio do Presidente no sentido de se proceder à transferência bancária do referido valor para o NIB 004514364032508242659 (conta específica da CIM do Alto Minho aberta para o efeito) definido no contrato com a maior brevidade possível, de forma que se possa cumprir com o estabelecido no acordo e assim transferir para a ULSAM o valor em falta. -----

**Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a comparticipação financeira no valor de € 6 171,65 (seis mil cento e setenta e um euros e sessenta cinco cêntimos), nos termos do protocolo interadministrativo assinado com a CIM Alto Minho, que estabeleceu os termos e o âmbito da colaboração com vista à melhoria da capacidade de resposta dos serviços de saúde do Alto Minho, coordenados pela ULSAM à situação de emergência pública provocada pela pandemia COVID19, que se anexa a esta ata e dela fica a fazer parte integrante.** -----

### **APOIO ECONÓMICO À FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE S. PEDRO DE RUBIÃES**

**PONTO 09: Apreciação, discussão e votação de pedido de apoio económico para o fornecimento e montagem de quadro elétrico, circuitos de iluminação, circuitos de tomadas e sistemas de deteção de incêndio e de difusão de som, na Igreja de São Pedro de Rubiães, sita na freguesia de Rubiães, concelho de Paredes de Coura, apresentado pela Fábrica da Igreja Paroquial de São Pedro de Rubiães, NIPC 501369953, que a seguir se transcreve:** -----

*“Fábrica da Igreja Paroquial de São Pedro de Rubiães, NIPC 501369953, pessoa coletiva canonicamente erigida, com sede no Lugar da Costa, 4940 – 686 Rubiães, vem por este meio solicitar apoio económico para o fornecimento e montagem de: quadro elétrico, circuitos de iluminação, circuitos de tomadas e sistemas de deteção de incêndio e de difusão de som, na Igreja de São Pedro de Rubiães. Elementos esses danificados*



## MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

*irreversivelmente na sequência de infiltrações ocorridos na mencionada igreja, conforme foi constatado pelos serviços técnicos do Município por V/ Exa. presidido. -----*

*Importa referir que a Fábrica da Igreja Paroquial de São Pedro de Rubiães não possui, neste momento, fundos que permitam custear a aquisição e montagem do material referido. Além disso, como o distanciamento social é absolutamente vital para minimizar os efeitos da pandemia que estamos a combater, não podendo, em consequência, por tempo indeterminado, realizar-se festas e eventos e uma vez que a situação económica das famílias, decorrente da pandemia causada pela doença Covid-19, é deficitária, não se mostra exequível a realização de peditórios e a organização de eventos para a angariação de receitas que permitam o pagamento da aquisição e montagem do material acima referido. -----*

*Importa igualmente recordar que está em causa material básico e absolutamente essencial para a realização de qualquer celebração e/ou atividade na Igreja de São Pedro de Rubiães, recorde-se que, na sequência das infiltrações, o quadro elétrico, os circuitos de iluminação e de tomadas e os sistemas de deteção de incêndios e de difusão do som queimaram, encontrando-se, neste momento, a igreja sem energia elétrica, luz e sistemas de som e de deteção de incêndios. -----*

*Além disso, abstraindo-nos da religiosidade e devoção daquele local santo, estamos perante uma intervenção absolutamente necessária para salvaguardar e preservar o património arquitetónico e histórico da freguesia de Rubiães e, concomitantemente, do concelho de Paredes de Coura. -----*

*Face ao exposto, uma vez que, nos termos do orçamento anexo, a intervenção que é necessário realizar está orçada em € 2.017,45 + IVA, vimos muito respeitosamente solicitar a V.exa., designadamente ao abrigo do disposto nas alíneas o) e t) do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, a atribuição, por parte do Município, de um apoio económico no mencionado valor.”-----*

**Foi deliberado, por unanimidade, nos termos e com os fundamentos constante no pedido supratranscrito, atribuir um apoio económico à Fábrica da Igreja Paroquial de São Pedro de Rubiães, NIPC 501369953, pessoa coletiva canonicamente erigida, com sede no Lugar da Costa, 4940 – 686 Rubiães, no valor de € 2 481,46 (dois mil quatrocentos e oitenta e um euros e quarenta e seis cêntimos), destinado ao pagamento do fornecimento e montagem de quadro elétrico, circuitos de iluminação, circuitos de tomadas e sistemas de deteção de incêndio e de difusão de som, na Igreja de São Pedro de Rubiães. -----**  
**O pagamento do apoio económico será efetuado mediante a celebração de protocolo entre as partes.-----**

### **APOIO À CAPITI - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL**

**PONTO 10: Apreciação, discussão e votação de proposta de apoio à CAPITI – Associação Portuguesa para**  
*“No âmbito do programa “Scholl4all Paredes de Coura”, o Prof. Lobo Antunes colaborou no ciclo de conversas online. Tendo esta colaboração sido efetuada a título totalmente gratuito, o conferencista sugeriu que o município, se julgasse oportuno, efetuasse um donativo à Capiti, no valor a definir pelo Município. -----*

*A CAPITI é uma associação que trabalha de forma a promover o crescimento saudável e a autonomia de crianças e jovens carenciados, com perturbações do desenvolvimento e comportamento, através de acompanhamento médico e terapêutico de excelência e apoia famílias com baixos rendimentos. -----*

**Foi deliberado, por unanimidade atribuir um donativo no valor de € 200,00 (duzentos euros) à CAPITI – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Infantil, NIPC 507444515, com sede na Rua Calvet de Magalhães, 244 PISO 0 2770-022 Paço de Arcos – Oeiras. -----**



## MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

### LUTO MUNICIPAL PELA MORTE DE EURICO SILVA PINTO – REVERENDO PÁROCO DAS FREGUESIAS DE PAREDES DE COURA E RESENDE

**PONTO 11 – Ratificação de despacho do Presidente da Câmara de luto municipal pela morte de Eurico Silva Pinto, Reverendo Pároco das freguesias de Paredes de Coura e Resende, que se transcreve a seguir:**

*“Foi com profunda tristeza que recebemos, no dia 22 de novembro, a notícia da morte de Padre Eurico Silva Pinto, Pároco das Freguesias de Paredes de Coura e Resende, vítima de doença prolongada. -----*

*Natural de Ponte de Lima, foi um grande bairrista, chegando a pertencer à comissão que organiza as tão conhecidas Feiras Novas. Foi também na Igreja Matriz da Vila mais antiga de Portugal que cantou Missa Nova. Em Braga, cidade dos arcebispos, fez os seus estudos nos seminários, que lhe deram a formação para exercer o sacerdócio. Em Paredes de Coura e Resende, será lembrado para sempre como um pastor que deixou obra, tanto a nível material, como espiritual. -----*

*Grande reformador, foi durante a sua administração que todas as capelas da freguesia foram restauradas, algumas ampliadas, dotadas das melhores alfaías religiosas e tudo quanto confere aquele grau de solenidade necessário, ou não tivesse ele lidado de perto com os arcebispos, onde o rigor e a disciplina imperam. Foi há uns anos que, fruto do interesse e do bairrismo de muitos, a Capela da Sra. das Neves, no Lugar de Santa, se manteve em solo da paróquia, visto o seu antigo proprietário a ter vendido com intenção de reconstruir em Ponte de Lima. -----*

*Através de uma doação, a capela, que está no lugar onde se supõe ter sido a primeira Matriz da Vila, ficou em solo courense, foi reconstruída e hoje pode ser admirada e visitada por todos, formando um belo conjunto arquitetónico com o cruzeiro. Foi ele o grande impulsionador, muito embora não fosse Capelão, das obras do Templo do Divino Espírito Santo, onde o restauro deixou à vista todo o esplendor e beleza dos seus interiores. Também a Igreja Matriz sofreu obras de melhoramento e apetrechamento.*

*Foi também pela sua mão que regressou a imagem da padroeira, Santa Maria de Paredes, ao seu templo, tendo sido colocada desde então no altar-mor por cima do sacrário. Nessa parte da igreja também fica a imagem de Cristo Crucificado, outra obra de arte trazida pelo reverendo pároco para esta sede de arciprestado. -----*

*Além do contributo pastoral, foi também professor de muitas gerações de courenses e fez parte da Comissão de Festas de Paredes de Coura, onde também deixou o seu cunho: os coretos construídos nas Oficinas Municipais foram ideia sua. Pertenceu também ao conselho fiscal da Associação Cultural Recreativa e Desportiva de Paredes de Coura. -----*

*Administrou a paróquia de Santa Maria de Paredes e a paróquia de Resende por mais de 34 anos. -----*

*Foi distinguido em 10/08/2013, com a Medalha de Mérito Prateada do Município, por deliberação unânime na sua reunião de 15 de julho de 2013, que reconheceu a ação pastoral e social desenvolvida, ressaltando as suas atividades sociais, indelevelmente associadas às qualidades de pároco, durante mais de trinta anos neste concelho. -----*

*Dada a natureza das funções empenhadas, as suas excecionais qualidades humanas e pastorais, determino, nos termos do nº 3 do artigo 35.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro:-----*

*1- luto municipal no dia 23 e 24 de novembro de 2020, com colocação da bandeira a meia-haste;-----*

*2- seja apresentada em nome do Município, dos seus órgãos eleitos e todos os seus colaboradores, sentidas condolências à família enlutada e a toda a comunidade que enfrenta o sentimento de perda, transmitindo-se o teor do presente despacho;*

*3- seja o presente despacho levado à ratificação na próxima reunião e Câmara e divulgado nos locais de estilo. - Paredes de Coura, 23 de novembro de 2020”. -----*

**Foi deliberado, por unanimidade, ratificar o despacho de luto municipal pela morte de Eurico Silva Pinto, Reverendo Pároco das freguesias de Paredes de Coura e Resende, transcrito. -----**





## MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

### AQUISIÇÃO DA PARCELAS 103 PARA LIGAÇÃO A3

**Ponto 12** Apreciação, discussão e votação da proposta de aprovação de valor adicional de indemnização da parcela 103, na EN 303, para ligação do parque empresarial de Formariz à A3 (nó de Sapardos/Paredes de Coura, conforme informação que se transcreve:-----

1. Enquadramento do pedido-----

Pretende-se a aprovação do valor de indemnização da parcela nº103, necessária ao empreendimento da "EN 303 — Ligação do Parque Empresarial de Formariz à A3".-----

Esta obra encontra-se inscrita no Plano de Intervenções na Rede (PIR).-----

2. Fundamentação/descrição da situação atual -----

No projeto aprovado por deliberação do Conselho de Administração da IP, de 04/07/2019, está prevista a expropriação de parcela de terreno para a execução deste empreendimento entre as quais a parcela designada pelo nº 103. -----

No decorrer dos contactos estabelecidos desde a notificação da resolução de expropriar, a proprietária alega que o terreno apesar de ser de cariz florestal está bem localizado, confina com um acesso publico, está próximo de habitações e até de um pequeno aglomerado urbano e EN 303. -----

Outro motivo que nos parece ser de mencionar, prende-se com a anulação dos acessos existentes, à data, o que vai onerar as deslocações, já que a criação do novo acesso previsto é bem mais distante. -----

Quanto ao valor unitário da parcela, também aqui somos do entendimento que o mesmo deverá ser alvo de uma majoração, dada a sua boa localização, boa exposição solar e dispondo de bons acessos, comparativamente a outros terrenos bem mais interiores. -----

Ver relatório de vistoria em anexo. -----

Trata-se, neste caso, de um terreno rustico infraestruturado. -----

Entende-se, neste sentido, majorar o valor unitário atribuído em 25% face aos argumentos invocados.-----

Assim sendo, o valor global da parcela designada pelo nº 104, passa a ser de:-----

Terreno: 430 m2 -----

- Terreno Florestal: 430 m2 x 1,00€/m2 - 430,00€;-----

Majoração -----

- Terreno Florestal: 430 m2 x 1,00E x 25% -107,50E;-----

Total: 537,50€-----

Com esta aprovação, pretende-se chegar a acordo com os proprietários, para se concluir o processo de expropriação amigável, porque em sede de expropriação litigiosa os encargos com as arbitragens seriam elevados, possivelmente superiores ao encargo adicional com a proposta ora em causa. -----

O encargo adicional com as indemnizações será de 107,50€ repercutido no valor da majoração atribuída ao valor unitário, devidamente discriminado no quadro seguinte: -----

Nº DA PARCEL A	MATRIZ PREDIAL RÚSTICA	AREA A EXPROPRIAR (m2)	VALOR INDEMNIZAÇÃO APROVADO (€)	Área corrigida real do prédio (€/M2)	VALOR INDEMNIZAÇÃO PROPOSTO (€)	DIFERENCIAL DE VALOR (€)
103	515	430	430,00	25	107,50	107,50
total					537,50	107,50

De mencionar que esta obra tem um acordo de Gestão (Protocolo) celebrado entre a Infraestruturas de Portugal, mencionar quer esta obra tem um acordo de Gestão (Protocolo) celebrado entre a Infraestruturas de Portugal, S.A. e o Município de Paredes de Coura onde se estabeleceu que é da inteira responsabilidade da IP, S.A. a condução





## MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

de todo o processo expropriativo, mas será a Autarquia a suportar, na totalidade, todas as despesas relativas às expropriações. -----

Assim, esta proposta deverá ser encaminhada para a Autarquia para conhecimento deste encargo adicional e posterior validação do encargo que assumirá. -----

Concretização do pedido -----

Face ao exposto, coloca-se à consideração esta proposta que se for tida por conveniente será para submeter à aprovação do Município de Paredes de Coura, sendo o valor da indemnização a atribuir à parcela nº103 de 537,50€, devido à majoração do valor unitário do terreno. -----

**Foi deliberado, por unanimidade, aprovar o valor da indemnização no montante de € 537,50 (quinhentos e trinta e sete euros e cinquenta cêntimos), da parcela 103, necessárias à ligação do parque empresarial de Formariz à A3 (nó de Sapardos/Paredes de Coura, conforme proposta supratranscrita. -----**

### AQUISIÇÃO DAS PARCELAS 104 E 104S PARA LIGAÇÃO A3

**Ponto 13: Apreciação, discussão e votação da proposta de aprovação de valor adicional de indemnização das parcelas 104 e 104S, para ligação do parque empresarial de Formariz à A3 (nó de Sapardos/Paredes de Coura. -----**

1. Enquadramento do pedido -----

Pretende-se a aprovação do valor de indemnização da parcela nº 104, necessária ao empreendimento da "EN 303 — Ligação do Parque Empresarial de Formariz à A3". -----

Esta obra encontra-se inscrita no Plano de Intervenções na Rede (PIR). -----

2. Fundamentação/descrição da situação atual -----

No projeto aprovado por deliberação do Conselho de Administração da IP, de 04/07/2019, está prevista a expropriação de parcela de terreno para a execução deste empreendimento entre as quais a parcela designa pelo n.º 104. -----

No decorrer dos contactos estabelecidos desde a notificação da resolução de expropriar, o mandatário dos expropriados, expressou o seu desagrado quanto ao valor proposto por estes Serviços, uma vez que o valor proposto, não corresponde ao valor real do terreno. -----

Alegam ainda que o traçado da estrada cria duas parcelas sobrantes de razoáveis dimensões, uma localizada a norte e outra a sul que ficam fisicamente separadas -----

Na estrema com a parcela 105, resulta uma pequena parcela sobrante com 5m2 que naturalmente será incluída na indemnização a propor. -----

Por outro lado, alega que a localização do terreno é muito boa, já que está próxima da EN 303, dispõe de boa localização e exposição solar e bons acessos, entre outros. -----

Apresentou uma contraproposta, pretendendo um valor unitário na ordem dos 3,85€/m2, com base num relatório efetuado por um perito da sua confiança. -----

Reanalizada a avaliação da parcela, podemos constatar que a mesma, sendo parte constituída por solo de cariz florestal e parte solo de cariz agrícola, apresenta-se bem cuidada, tem orografia plana, boa exposição solar e localiza-se próximo de determinadas habitações e até de um pequeno aglomerado urbano. -----

Da referida expropriação resulta a criação de duas parcelas sobrantes, como já se referiu. -----

Importa também referir, que a sobrante localizada a norte com uma área aproximada de 5.360 m2, fica depreciada, uma vez que, além de ficar separada fisicamente, vai aumentar os custos com deslocações quer dos equipamentos e demais alfaías agrícolas, quer até dos próprios trabalhadores, o que onera a sua manutenção com o aumento dos custos de produção. -----

Outro motivo que nos parece ser de mencionar, prende-se com a anulação dos acessos existentes, à data, o que vai onerar as deslocações, já que a criação do novo acesso previsto é bem mais distante. -----



## MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

Face a esta argumentação, admite-se, por um lado atribuir uma desvalorização à referida parcela sobrança numa percentagem de 25%, que se admite razoável e aceitável face ao transtorno e custos acrescidos quer também face.-----

Quanto ao valor unitário da parcela, também aqui somos do entendimento que o mesmo deverá ser alvo de uma majoração, dada a sua boa localização, boa exposição solar e dispondo de bons acessos, comparativamente a outros terrenos bem mais interiores.-----

Entende-se, neste sentido, majorar o valor unitário atribuído em 25% face aos argumentos invocados.-----

Assim sendo, o valor global da parcela designada pelo nº 104, passa a ser de:-----

Terreno: 5.166 m<sup>2</sup>-----

- Terreno agrícola: 2.583 m<sup>2</sup> x 2,70 €/m<sup>2</sup> - 6.974,10€;-----

- Terreno Florestal: 2.583 m<sup>2</sup> x 1,00€/m<sup>2</sup> - 2.583,00€;-----

- Terreno Florestal: 5m<sup>2</sup> x 1,00€/m<sup>2</sup> - 5,00€-----

Majoração-----

- Terreno agrícola: 2.583 m<sup>2</sup> x 2,70€/m<sup>2</sup> x 25% -1.743,52€-----

- Terreno Florestal: 2.588 m<sup>2</sup> x 1,00€ x 25% -647,00€;-----

Depreciação da Sobrança Norte-----

- Parcela sobrança Norte - 5.360m<sup>2</sup> x 2,70€/m<sup>2</sup> x 25% - 3.618,00€;-----

Total - 15.570,62€-----

Com esta aprovação, pretende-se chegar a acordo com os proprietários, para se concluir o processo de expropriação amigável, porque em sede de expropriação litigiosa os encargos com as arbitragens seriam elevados, possivelmente superiores ao encargo adicional com a proposta ora em causa.-----

O encargo adicional com as indemnizações será de 6.008,52€ repercutido no valor da majoração atribuída ao valor unitário e a atribuição de uma depreciação à sobrança norte, devidamente discriminadas no quadro seguinte:-----

Nº DA PARCEL A	MATRIZ PREDIAL RÚSTICA	AREA A EXPROPRIAR (m <sup>2</sup> )	VALOR INDEMNIZAÇÃO APROVADO (€)	Majoração /depreciação %2	VALOR INDEMNIZAÇÃO PROPOSTO (€)	DIFERENCIAL DE VALOR (€)
104	543	2 583	6 974,10	25	8 717,62	1 743,52
				25	3 235,00	647,00
				25	3 618,00	3 618,00
<b>TOTAL</b>					<b>15 570,62</b>	<b>6 008,52</b>

De mencionar quer esta obra tem um acordo de Gestão (Protocolo) celebrado entre a Infraestruturas de Portugal, S.A. e o Município de Paredes de Coura onde se estabeleceu que é da inteira responsabilidade da IP, S.A. a condução de todo o processo expropriativo, mas será a Autarquia a suportar, na totalidade, todas as despesas relativas às expropriações.-----

Assim, esta proposta deverá ser encaminhada para a Autarquia para conhecimento deste encargo adicional e posterior validação do encargo que assumirá.-----

### 3. Concretização do pedido-----

Face ao exposto, coloca-se à consideração esta proposta que se for tida por conveniente será para submeter à aprovação do Município de Paredes de Coura, sendo o valor de indemnização adicional pela desvalorização da sobrança Norte e majoração do valor unitário da parcela nº 104 (15.570,62€).-----



## MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar o valor da indemnização no montante de € 15 570,62 (quinze seis mil oitocentos e seis euros e setenta cêntimos), das parcelas 106 e 106S, necessárias à ligação do parque empresarial de Formariz à A3 (nó de Sapardos/Paredes de Coura, conforme proposta supratranscrita. ----

### AQUISIÇÃO DAS PARCELAS 106 E 160S PARA LIGAÇÃO A3

**Ponto 14: Apreciação, discussão e votação da proposta de aprovação de valor adicional de indemnização das parcelas 106 e 106S, para ligação do parque empresarial de Formariz à A3 (nó de Sapardos/Paredes de Coura - Aprovação de Benfeitorias:** -----

1. Enquadramento do pedido -----

Pretende-se a aprovação para se adquirir, no âmbito do processo expropriativo, onde se destaca a parcela n.º 106 necessária ao empreendimento "EN 303 — Ligação do Parque Empresarial de Formariz à A3". -----

A obra encontra-se inscrita no Plano de Intervenções na Rede (PIR). -----

2. Fundamentação/descrição da situação atual -----

No projeto aprovado por deliberação do Conselho de Administração da IP, de 04/07/2019, está prevista a expropriação de parcelas de terreno que após a execução do empreendimento os proprietários manifestaram o seu desagrado quanto ao valor atribuído à parcela, tanto mais que a mesma se encontra vedada com um murete em pedra com 20 cm de altura e rede de vedação (malha sol) fixa em esteios de pedra. -----

No decorrer dos contactos estabelecidos desde a notificação da resolução de expropriar, alguns proprietários informaram que nas parcelas existem determinadas benfeitorias, que não haviam sido contabilizadas nem tão pouco avaliadas. -----

Para refazer a vedação o proprietário pedia cerca de 2.500,00€ -----

Realizada a vistoria efetuada pelo Perito da Lista Oficial do Tribunal da Relação de Guimarães, pode-se perfeitamente constatar, página 6 do referido relatório, a existência de uma vedação em rede de malha com 1,5 m de altura cujas dimensões são (1,5 m x 120 m = 180m<sup>2</sup>). -----

Esta vedação está apoiada por 48 esteios em pedra com altura média de 1,8 m. -----

Segundo as Base de Avaliação aprovadas, o valor atribuído à vedação em malha sol, cujas dimensões são de (1,5 m x 120 m = 180m<sup>2</sup>) é de 7,50 €/m<sup>2</sup>, perfazendo assim 1.350,00€. -----

Relativamente aos esteios em pedra o valor mencionado nas referidas Bases é de 7,50€/m o que dará um valor de (48 x 1,8m x 7,50€ = 648,00€. -----

Convém referir que a aprovação que agora se propõe, permitirá chegar a acordo com os proprietários, concluindo-se o processo de expropriação pela via amigável, pois, numa eventual expropriação litigiosa, só os encargos com as arbitragens serão superiores ao montante adicional em causa. -----

A área total de expropriação desta parcela é a de 1.781m<sup>2</sup> não existindo, portanto, qualquer aumento de área adicional, uma vez que os 85 m<sup>2</sup> referentes à parcela 106 S, já se encontravam previstos expropriar no projeto inicial, dada a sua reduzida dimensão. -----

O encargo adicional com as indemnizações será assim de 1.998,00€, repercutido no valor das benfeitorias, devidamente discriminado no quadro anexo: -----

n.º da parcela	matriz predial rústica	área a expropriar (m <sup>2</sup> )	valor unitário (m <sup>2</sup> )	valor indemnização aprovado (€)	Valor das benfeitorias (€/m <sup>2</sup> )	valor indemnização proposto (€)	diferencial de valor (€)



## MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

106	475	1696	2,70	4 579,2 0	7,50	1 350,0 0	1 350,00
106 S	475	85	2,70	229,50	7,50	648,00	648,00
Tot al		1781		4 808,7 0		6 806,7 0	1 998,00

De mencionar que esta obra tem um acordo de gestão (protocolo) celebrado entre a Infraestruturas de Portugal, S.A. e o Município de Paredes de Coura onde se estabeleceu que é da inteira responsabilidade da IP, S.A. a condução de todo o processo expropriativo, mas será a Autarquia a suportar, na totalidade, todas as despesas relativas às expropriações.-----

Assim, esta proposta deverá ser encaminhada para a Autarquia para conhecimento deste encargo adicional e posterior validação do mesmo. -----

### 3. Concretização do pedido-----

Face ao exposto, coloca-se à consideração esta proposta que se for tida por conveniente será para submeter à aprovação do Município de Paredes de Coura, atribuindo-se a indemnização à parcela, o montante de 6.806,70€, devido à inclusão das benfeitorias. -----

**Foi deliberado, por unanimidade, aprovar o valor da indemnização no montante de € 6 806,70 (seis mil oitocentos e seis euros e setenta cêntimos), das parcelas 106 e 106S, necessárias à ligação do parque empresarial de Formariz à A3 (nó de Sapardos/Paredes de Coura, conforme proposta supratranscrita. ----**

### **AQUISIÇÃO DAS PARCELAS 167, 168,169, 170, 172, 183, 193 PARA LIGAÇÃO A3**

**Ponto 15: Apreciação, discussão e votação da proposta de aprovação de valor adicional de indemnização das parcelas 167/168/169/170, 172, 183 e 193, para ligação do parque empresarial de Formariz à A3 (nó de Sapardos/Paredes de Coura: -----**

#### 1. Enquadramento do pedido-----

Pretende-se a aprovação dos valores de indemnização das parcelas 167/168/169/170, 172, 183 e 193, necessárias à execução do empreendimento "EN 303 — Ligação do Parque Empresarial de Formariz à A3".-----

A obra encontra-se inscrita no Plano de Intervenções na Rede (PIR).-----

#### 2. Fundamentação/descrição da situação atual -----

No projeto aprovado por deliberação do Conselho de Administração da IP, de 04/07/2019, está prevista a expropriação de parcelas de terreno, cujos valores de indemnização foram fixados com base nos Relatórios de Avaliação por Perito da Lista Oficial.-----

Todavia nessas bases de avaliação e salvo o devido respeito, não foi tido em consideração o disposto no n.º 2 do art.º 29.º da Lei 56/2008, de 4 de setembro que republica o Código das expropriações, anterior Lei 168/99, de 18 de setembro.-----

Neste artigo "Cálculo do valor nas expropriações parciais" e, nomeadamente o n.º 2, é referido o seguinte: "Quando a parte não expropriada ficar depreciada pela divisão do prédio ou desta resultarem outros prejuízos ou encargos, especificam-se também, em separado, os montantes da depreciação e dos prejuízos ou encargos, que acrescem ao valor da parte expropriada". -----

Durante as inúmeras reuniões efetuadas com este expropriado, a principal preocupação desde o início apresentada está relacionada com os encargos adicionais que terá de suportar, quer pela divisão das propriedades, quer pelo maior percurso para aceder aos sobrantes quer com o procedimento administrativo a seguir à expropriação com a inscrição de novos artigos na matriz e seu registo.-----



## MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

Informa-se que este proprietário possui para além destes 4 prédios (as P167, 168, 169 e 170 são destacadas de um só artigo rústico) mais 5 parcelas na mesma freguesia.-----

De facto, as parcelas acima identificadas ficam divididas pela nova via em construção e, o aproveitamento que o expropriado obtém dos prédios, cultura de azevém no Outono/inverno e milho de silagem na Primavera verão, utilizando maquinaria para o efeito, é dificultado quer pela configuração mais irregular dos sobrantes quer pela reduzida largura disponível.-----

O expropriado argumenta, pois, que não existe continuidade no seu trabalho porque irá preparar/semear e posteriormente retirar as colheitas na parte dos prédios que ficará situada a norte da variante e, depois prossegue os trabalhos no lado sul da variante percorrendo uma extensão de cerca de 500 metros para entrar no caminho paralelo que será construído no âmbito da empreitada e que tem início na P193 e termina na P174. -----

A seguir se apresentam os prédios e as parcelas a expropriar: -----

Parcelas 167/168/169/170 e 172 Parcela 183 -----

Tendo em consideração os locais concretos dos prédios, porque se trata de uma zona da freguesia que possui boa aptidão agrícola, com água de rega em todas as propriedades por gravidade, que se encontram bem cuidadas, vemos com alguma preocupação o facto de não se obter o acordo com este proprietário, porque não temos dúvidas que o valor unitário do terreno, 2,70€/m<sup>2</sup>, aumentará em processo litigioso.-----

Assim e porque concordamos que a depreciação dos sobrantes é real, pois nem toda a área será agricultada devido à forma irregular nas extremas dos prédios, que há mais despesas na produção das colheitas, explicada pela descontinuidade nos trabalhos, propomos uma desvalorização desses sobrantes dos prédios para fazer face aos prejuízos e encargos. -----

A nossa proposta, que é aceite pelo expropriado, é de 50% de desvalorização no caso das parcelas 167 a 170, 172 e 183 e, de 25% no caso da parcela 193, uma vez que este prédio se situa mais próximo da EN303 e mantém a serventia que detinha antes da expropriação. -----

De referir que, se fossem adotadas as bases de avaliação aprovadas no projeto de expropriações das parcelas de terreno necessárias para a realização de uma obra neste distrito de Viana do Castelo, a Variante à EN 101 entre Ponte da Barca e Arcos de Valdevez (2ª Fase), a depreciação dos sobrantes ainda acarretaria uma percentagem superior à que se admite nesta proposta e, no nosso entender, os proprietários agora expropriados, merecem tratamentos idênticos por parte da Entidade Expropriante. -----

É uma proposta que julgamos razoável e a ser aprovada superiormente, garante a expropriação amigável das nove parcelas que o expropriado possui e os valores parciais estão discriminados no quadro seguinte:-----

Parcela	Área a expropriar m <sup>2</sup>	Área do prédio m <sup>2</sup>	Valor unitário €7m <sup>2</sup>	Valor aprovado €	Desvalorização %	Depreciação €	Valor indemnizatório (proposta)
167, 168, 169, 170	1380	3280	2,70	3726,00€	50%	2565,00	6291,00
			2,70	5413,50€	50%	2436,75	7850,25
			2,70	4932,90€	50%	2191,05	7123,95



## MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

			2,70	2681,10	25%	1152,23	3833,33
			2,70	16753,50€		8 345,03	25098,53

Com a aprovação desta proposta que acarreta um encargo adicional de 8.345,03€, será conseguida, como se referiu, a expropriação amigável de 9 parcelas, cujos processos a seguirem pela via litigiosa, teriam encargos, apenas com os árbitros, superiores a 10000€.

De mencionar que esta obra tem um acordo de gestão (protocolo) celebrado entre a Infraestruturas de Portugal, S.A. e o Município de Paredes de Coura onde se estabeleceu que é da inteira responsabilidade da IP, S.A. a condução de todo o processo expropriativo, mas será a Autarquia a suportar, na totalidade, todas as despesas relativas às expropriações.

Assim, esta proposta deverá ser encaminhada para a Autarquia para conhecimento deste encargo adicional e posterior validação do mesmo.

### 3. Concretização do pedido

Face ao exposto, coloca-se à consideração esta proposta que se for tida por conveniente será para submeterá aprovação do Município de Paredes de Coura e o valor de indemnização adicional destas parcelas será de oito mil trezentos e quarenta e cinco euros e três cêntimos (8 345,03€).

**Foi deliberado, por unanimidade, aprovar o valor da indemnização no montante de € 8 345,03 (oito mil trezentos e quarenta e cinco euros e três cêntimos), das parcelas 167/168/169/170, 172, 183 e 193, necessárias à ligação do parque empresarial de Formariz à A3 (nó de Sapardos/Paredes de Coura, conforme proposta supratranscrita.**

### AQUISIÇÃO DAS PARCELAS 139 E 139S PARA LIGAÇÃO A3

**Ponto 16: Apreciação, discussão e votação da proposta de aprovação de valor adicional de indemnização das parcelas 139 e 139S, para ligação do parque empresarial de Formariz à A3 (nó de Sapardos/Paredes de Coura. Aprovação de valor de Indemnização:**

#### 1. Enquadramento do pedido

Pretende-se a aprovação do valor de indemnização da parcela 139 e 139S, necessária à execução do empreendimento "EN 303 — Ligação do Parque Empresarial de Formariz à A3".

A obra encontra-se inscrita no Plano de Intervenções na Rede (PIR).

#### 2. Fundamentação/descrição da situação atual

No projeto aprovado por deliberação do Conselho de Administração da IP, de 04/07/2019, está prevista a expropriação da área de 804m<sup>2</sup> à parcela 139 e ainda um sobranço a sul, com uma dimensão muito reduzida, 19m<sup>2</sup>. O terreno é de aptidão florestal e foi classificado nas bases de avaliação como solo apto para outros fins, com um valor unitário de 1,00€/m<sup>2</sup>, de onde resulta um valor de indemnização de 823,00€.

Todavia os proprietários que têm a sua casa de família, embora segunda residência, do outro lado da rua e a cerca de 50m da parcela, não aceitam o valor unitário proposto.

De referir que aquela classificação do solo para outros fins se baseia no facto do prédio estar inserido em zona classificada, segundo o Regulamento do PDM de Paredes de Coura, como "Solo Rural — Espaço Florestal".

Porém está mesmo no limite desta zona, porque a P141 e parte da P142 e ainda a zona a norte/nascente, já se inserem em zona classificada como "Urbana de Baixa Densidade".

Esta é uma das razões pela qual os expropriados não concordam, argumentando que naquele local, o valor corrente dos prédios não é de forma alguma aquele que a entidade expropriante está a propor, mas sim um preço muito superior.



## MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

Mais fundamentam pela envolvimento deste prédio onde, num raio de 300/400 metros para norte/nascente/ poente, existem aglomerados de moradias e, mais próximo ainda estão implantadas 4 moradias de grande qualidade construtiva. -----

Analisemos o local, com a seguinte visualização (...):-----

De facto, teremos de admitir que no caso concreto desta parcela o valor de indemnização de 823,00 euros baseado no valor unitário de 1,00€/m<sup>2</sup> não será o mais justo e que visa traduzir o valor real corrente do bem de acordo com o seu destino efetivo ou possível numa utilização económica normal. -----

Mas, se analisado o regulamento do PDM de Paredes de Coura e, para a zona em causa, Rural! Florestal / Limite Área Urbana, podemos verificar que é de admitir a aprovação da construção de uma moradia, com 2 pisos, mais comum na zona. -----

Iremos assumir que, no mínimo, era aceite uma edificação com 110m<sup>2</sup> de área de implantação e dado tratar-se de zona mais rural, o R/c seria para arrumos, valorizado a 30% e o andar afeto a habitação.-----

O prédio de onde se destaca a parcela tem a área de 2.640m<sup>2</sup>, área real e não a matricial. Confronta com rua pavimentada e possui rede de abastecimento de água, de energia elétrica e de telefone. -----

A percentagem nos termos do n° 6, do art°26 é de 5% (usada a das bases de avaliação — anexa se pág 21,22 e 23). --- -----

O valor do custo de construção de 556,50€/m<sup>2</sup> é o de 2020, porque é o ano da DUP e não o das bases de avaliação, de 2019. -----

Teremos:-----

Área do prédio: 2.640m<sup>2</sup> -----

Valor unitário da construção: 556,50€/m<sup>2</sup> -----

Valor da moradia: 110m<sup>2</sup> x 0,3 x 556,50€/m<sup>2</sup> + 110m<sup>2</sup> x 556,50€/m<sup>2</sup> 79.579,50€ -----

Percentagem de afetação da construção ao solo: -----

n° 6 do art°26: 5% -----

n° 7 a): 1,5% -----

n° 7 c): 1%-----

n° 7 e): 1%-----

n° 7 i): 1%-----

**Total: 9,5%**-----

Valor unitário do solo: 79.579,50€ x 0,095 / 2.640m<sup>2</sup>= 2,96€/m<sup>2</sup>-----

Todavia, se a expropriação seguir a via litigiosa, este valor de cerca de 3€/m<sup>2</sup>, será certamente o mínimo a ser fixado em arbitragem, para além dos encargos que a entidade expropriante suportaria, inerentes ao processo. ---

Porém, entendeu a signatária propor aos três interessados o valor unitário de 2,50/m<sup>2</sup>, uma vez que já era superior ao da proposta inicial da entidade expropriante, em duas vezes e meia, que teve a concordância de todos. -----

De seguida e na base do pré-acordo, também anuíram à expropriação amigável da P137, embora também se trate de um solo de aptidão florestal, mas a destacar de um prédio que tem acesso por servidão. -----

Para além da indemnização do terreno, os expropriados solicitaram uma verba para construção de uma vedação a norte da propriedade uma vez que estava toda vedada por muros em pedra.-----

Trata-se de uma benfeitoria que existe no prédio, que será um encargo a nova vedação a construir e tem suporte no n° 2 do art°29° da Lei 56/2008, de 4 de setembro que republicou o CE. -----

Algumas fotografias da parcela, do sobrance, da rua pavimentada a norte e os muros de vedação a norte e nascente (...) Parcela 139 Parte sobrance do prédio Rua dos Orros Vedação a norte/nascente-----

A vedação a construir tem uma extensão de 36 metros e uma altura de um metro e será indemnizada ao valor unitário das bases de avaliação para muros em pedra, 30€/m<sup>2</sup>. -----





## MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

Face ao exposto o valor de indemnização a propor superiormente será: -----

Valor do terreno da P139: 804m2x 2,50€/m2 2.010,00€-----

Valor do terreno do sobranço P139S: 19m2x 2,50€/m2 47,50€-----

Vedação a construir: 36m x 1m x 30€/m2 1.080,00€

Total da indemnização 3.137,50€-----

Trata-se de uma proposta que julgamos razoável mesmo sendo algo superior ao proposto, mas se for aprovada superiormente, garante, como se mencionou, a conclusão de dois processos pela via amigável. Os valores de indemnização que seriam fixados, estamos cientes de que seriam mais elevados, porque a zona está muito próxima da sede do concelho e onde há uma grande procura de terrenos. -----

Faz-se referência que esta obra tem um acordo de gestão (protocolo) celebrado entre a Infraestruturas de Portugal, S.A. e o Município de Paredes de Coura onde se estabeleceu que é da inteira responsabilidade da IP, S.A. a condução de todo o processo expropriativo mas será a Autarquia a suportar, na totalidade, todas as despesas relativas às expropriações. -----

Assim, esta proposta deverá ser encaminhada para a Autarquia para conhecimento deste encargo adicional e posterior validação do mesmo. -----

3. Concretização do pedido-----

Face ao exposto, coloca-se à consideração esta proposta que se for tida por conveniente será para submeter à aprovação do Município de Paredes de Coura e o encargo adicional da indemnização desta parcela será de dois mil trezentos e catorze euros e cinquenta cêntimos (2.314,50€). -----

**Foi deliberado, por unanimidade, aprovar o valor da indemnização no montante de € 2 314,50 (dois mil trezentos e catorze euros e cinquenta cêntimos), para a aquisição das parcelas 139 e 139S, necessárias à ligação do parque empresarial de Formariz à A3 (nó de Sapardos/Paredes de Coura, conforme proposta supratranscrita. -----**

### AQUISIÇÃO DE IMÓVEL SITO EM FORMARIZ

**PONTO 17** **Apreciação, discussão e votação de proposta de prédio rústico, sito no Lugar de Carvalhas, união de freguesias de Formariz e Ferreira, no concelho de Paredes de Coura, inscrito na matriz predial rústica da união de freguesias de Formariz e Ferreira sob o artigo 2 532: -----**

“Considerando:-----

- a) Que, nos termos do previsto no artigo 23.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, constituem atribuições do Município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias, dispondo o Município de atribuições, designadamente, ao nível do equipamento rural e urbano; dos transportes e comunicações; do património; da habitação; do ambiente; da promoção do desenvolvimento e do ordenamento do território e urbanismo; -----
- b) Que, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor até 1000 vezes a RMMG;-----
- c) Que, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município; -----
- d) Que, nos termos da alínea ff) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal promover e apoiar o



## MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

---

- desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal; -----
- e) Que, tendo por base os censos 2011, a população Courense ronda os 9 198 habitantes, distribuídos por 16 freguesias, que encontram na Indústria implantada nas Zonas Industriais de Formariz (localizada a Oeste da sede do concelho) e Castanheira (localizada a Sul da sede de concelho) a principal fonte geradora de emprego; -----
- f)-Que o Parque Empresarial de Formariz localiza-se na união de freguesias de Formariz e Ferreira, concelho de Paredes de Coura, e fica situado a cerca de 3 km para noroeste da sede do concelho, na proximidade da EN303, a partir da qual se estabelece a M513 que faz o atual acesso ao parque; -----
- g) Que com a ligação direta do Parque Empresarial de Formariz à autoestrada A3 (projeto já em execução, a consignação da obra já ocorreu e os trabalhos já iniciaram) ficará garantida a sua adequada acessibilidade, evitando-se, com isso, a circulação dos veículos pesados pelas vias existentes, de reduzidas dimensões, com percursos sinuosos e mudanças de direção constantes; -----
- h) Que com a nova via de acesso ao Parque Empresarial de Formariz estabelece-se uma ligação rápida entre o mesmo e a principal autoestrada (A3) da região do Minho, permitindo, por sua vez, a ligação à fronteira com Espanha e a ligação à sub-região do Grande Porto (NUT III), esta última servida pelo porto de mar de Leixões e pelo Aeroporto Sá Carneiro, circunstâncias que o tornam mais atrativo aos olhos dos investidores e que potencializam a crescente procura dos agentes económicos para instalação em Paredes de Coura; -----
- i)-Que, face às circunstâncias descritas, entre outras, se decidiu dar início ao projeto de “Ampliação e Requalificação da Zona Industrial de Formariz”; -----
- j)-Que o objetivo principal do referido projeto de “Ampliação e Requalificação da Zona Industrial de Formariz” prende-se, precisamente, com a necessidade de dar resposta aos vários pedidos que têm chegado à Câmara Municipal para a instalação de novas empresas, para além do estímulo ao empreendedorismo;
- k) Que, sem a execução do mencionado projeto, com a recente cedência de lotes para novas indústrias, a capacidade de implantação de outras empresas – e com ela a de criação de dinâmica económica – ficaria comprometida, facto que seria verdadeiramente incompreensível atendendo ao investimento público feito com a melhoria das acessibilidades; -----
- l)-Que a estratégia de investimento público no incentivo à criação de dinamismo económico no território de Paredes de Coura iniciou-se nos anos 80 e tem vindo a intensificar-se, nos últimos anos, devido à maior eficiência na captação de investimento, sendo reflexo disso a cada vez menor área de implantação industrial disponível no concelho que, sem a ampliação e requalificação aqui em causa, teria uma taxa de ocupação de 95% (dos quais 25% ocorreram nos últimos 5 anos);
- m) Que os referidos dados demonstram inequivocamente a atratividade do concelho e a necessidade de dar resposta à procura existente, tendo em vista o desenvolvimento concelhio, a captação de investimento e a produção de riqueza no território; -----
- n) Que, de uma forma ordenada e faseada, pretende o Município contribuir para o crescimento e desenvolvimento socioeconómico do concelho, possibilitando e incentivando um maior investimento e a instalação no mesmo de pequenas e médias empresas que proporcionem a criação de emprego e promovam, de forma simultânea, o desenvolvimento socioeconómico;-----
- o) Que a implementação das novas indústrias e o funcionamento do Parque Empresarial de Formariz, na sua globalidade (pós ampliação e requalificação), constituirá um importante fator dinamizador da economia a nível local e também a nível regional; -----



## MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

- p) Que os impactes socioeconómicos da ampliação e requalificação da ZIF são avaliados como positivos, elevados, permanentes e globalmente muito significativos, nomeadamente na melhoria das condições de vida das populações, através da criação de emprego e geração de riqueza, tanto mais que, designadamente por via do impacto económico da pandemia causada pela doença Covid-19 no país, a taxa de desemprego do concelho, até então praticamente nula, subiu consideravelmente e o setor secundário, a par do terciário, são os que mais empregam em Paredes de Coura; -----
- q) Que é inegável que o tecido empresarial de Paredes de Coura se destaca no setor industrial, quer por via do volume de negócios, quer por via dos postos de trabalho criados e que a indústria do concelho apresenta vigor e capacidade de expansão a curto e médio prazo; -----
- r) Que havendo consciência da mencionada realidade, como se disse, deu-se início ao projeto de ampliação e requalificação da Zona Industrial de Formariz, tendo em vista a implantação de 65 novos lotes destinados à instalação de diversas atividades económicas, sendo 62 destinados a ocupação industrial e 3 a espaços verdes e equipamentos; -----
- s) Que o projeto aqui em causa contempla um acréscimo da área do parque de 7,5 hectares correspondente a 43.675,45m<sup>2</sup> (4,3 hectares) de ocupação industrial propriamente dita – coincidente com os 62 lotes destinados a implantação de novas unidades industriais – e o restante a espaços verdes/equipamentos e zonas de enquadramento paisagístico, prevendo-se a recuperação de 10 hectares de zona verde localizada em toda a envolvente do parque empresarial, erradicando infestantes e espécies de elevada combustibilidade, as quais serão substituídas por espécies que promovam a fixação do solo (diminuindo a erosão) e que constituam uma verdadeira faixa de gestão de combustível, dando cumprimento integral à legislação aplicável aos Parques Empresariais no que à prevenção de incêndios diz respeito, promovendo também as faixas verdes de espécies autóctones a biodiversidade, a qualidade do ar e servindo de barreira ao ruído, diminuindo o impacto na vida da comunidade envolvente;-----
- t) Que o projeto de “Ampliação e Requalificação da Zona Industrial de Formariz” prevê adicionalmente a criação de uma nova entrada na ZIF, mais direta e distante das habitações, e implementa uma segunda saída do parque, importante em termos de condições de socorro; -----
- u) Que para além da ampliação propriamente dita, projeta-se também uma alteração do layout da Zona Industrial, ou seja, uma reconfiguração de alguns arruamentos e lotes industriais já definidos anteriormente como tal, de molde a obter-se uma maximização do espaço e recursos, bem como uma redução do impacto ambiental global do parque;-----
- v) Que, tendo em vista o financiamento do projeto “Ampliação e Requalificação da Zona Industrial de Formariz”, o Município de Paredes de Coura candidatou-se, no âmbito do Programa Operacional da Região Norte, ao aviso “Áreas de Acolhimento Empresarial – Apoio à localização de Empresas” e a referida candidatura foi aprovada, tendo sido já assinado o termo de aceitação;
- w) Que para se fazer a ampliação à Zona Industrial de Formariz, nos termos e com os objetivos descritos, foi/é necessário adquirir/expropriar várias parcelas de terreno, pertencentes, evidentemente, a terceiros;
- x) Que, de acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 11.º do Código das Expropriações, a entidade interessada, antes de requerer a declaração de utilidade pública, deve diligenciar no sentido de adquirir os bens por via de direito privado;-----
- y) Que, em cumprimento do disposto no artigo 11.º do Código das Expropriações, o Município desenvolveu todos os esforços tendentes à aquisição das parcelas necessárias ao projeto de ampliação e requalificação da ZIF por via de direito privado;-----
- z) Que o prédio urbano composto de casa de morada e logradouro, sito na União de Freguesia de Formariz e Ferreira, concelho de Paredes de Coura, descrito na Conservatória de Registo Predial sob o número 410



## MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

e inscrito na matriz predial urbana da União de Freguesias de Formariz e Ferreira sob o artigo 1796.º, o qual proveio do artigo 647.º da matriz predial urbana da extinta freguesia de Formariz, pertencente a José Manuel Pereira Coutinho, titular do cartão de cidadão n.º 05843426 7zy5, emitido pela República Portuguesa e válido até 25/08/2021, NIF 121 527 930 e esposa Rosa da Conceição Araújo de Oliveira, titular do cartão de cidadão n.º 09393939 6zz7, emitido pela República Portuguesa e válido até 01/12/2021, NIF 181 730 880, situa-se na área de ampliação da Zona Industrial de Formariz, sendo fundamental a sua aquisição, por via de direito privado, ou a sua expropriação para se levar a cabo o projeto supra descrito uma vez que, dada a sua localização e a unicidade do projeto, não pode ser substituído por qualquer outro; -----

- aa) A avaliação independente e isenta efetuada ao imóvel identificado no considerando anterior, constante das bases e fichas de avaliação integrantes do estudo prévio do projeto de expropriação de setembro de 2019; -----
- bb) Que, no seguimento do exposto, tendo em conta que o imóvel descrito constitui a casa de morada de família dos proprietários, em 24/10/2019, o Município de Paredes de Coura celebrou com José Manuel Pereira Coutinho e Rosa da Conceição Araújo de Oliveira um contrato, entre o mais, nos termos do qual:
- cc) 1 – José Manuel Pereira Coutinho e Rosa da Conceição Araújo de Oliveira obrigaram-se, mediante justa indemnização ou permuta a acordar em concreto futuramente, a celebrar com o Município de Paredes de Coura um contrato visando a transmissão, para o mesmo, do direito de propriedade sobre o prédio identificado no considerando z), possibilitando a afetação do mesmo ao projeto de ampliação da zona industrial de Formariz; -----
- dd) 2 - O Município de Paredes de Coura aceitou, como indemnização, custear todos os gastos inerentes a um realojamento, neles se incluindo a compra de um terreno e custos de edificação ou a compra de uma moradia já edificada; -----
- ee) 3- Para efeitos de indemnização – sem prejuízo da avaliação independente e isenta efetuada por terceiro que aferiu o valor real e atual do prédio – José Manuel Pereira Coutinho e Rosa da Conceição Araújo de Oliveira aceitaram a possibilidade de realojamento em habitação localizada em zona mais tranquila da mesma freguesia, contanto que as áreas da habitação e logradouro, bem como as condições da construção, não sejam inferiores àsquelas de que dispõem atualmente; -----
- ff) 4- O Município de Paredes de Coura marcará a celebração da escritura pública que titule o acordo final alcançado pelas partes no prazo de 1 (um) mês contado da data do realojamento de José Manuel Pereira Coutinho e Rosa da Conceição Araújo de Oliveira e comunicará aos mesmos a respetiva data, com pelo menos 8 (oito) dias de antecedência; -----
- gg) 5- A entrega do prédio identificado no considerando z), sem prejuízo da data de celebração da escritura que titule o acordo final alcançado pelas partes, ocorrerá no momento em que José Manuel Pereira Coutinho e Rosa da Conceição Araújo de Oliveira tenham condições de realojamento; -----
- hh) Que o Município de Paredes de Coura encontrou um terreno com as condições ideais, designadamente a nível de áreas e localização, para construir a habitação que constituirá a futura casa de morada de família de José Manuel Pereira Coutinho e Rosa da Conceição Araújo de Oliveira, possibilitando o realojamento de José Manuel Pereira Coutinho e Rosa da Conceição Araújo de Oliveira na habitação a edificar a afetação do prédio urbano descrito no considerando z) ao projeto de ampliação e requalificação da zona industrial de Formariz; -----
- ii) Que o terreno mencionado no considerando anterior corresponde prédio rústico, sito no Lugar de Carvalhas, união de freguesias de Formariz e Ferreira, no concelho de Paredes de Coura, inscrito na matriz predial rústica da união de freguesias de Formariz e Ferreira sob o artigo 2532.º, o qual proveio do artigo 1121.º



## MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

da extinta freguesia de Formariz, descrito na Conservatória do Registo Predial de Paredes de Coura sob o n.º 277; -----

jj) Que foi realizada uma avaliação independente e isenta ao prédio identificado no considerado anterior, tendo resultado como seu valor de mercado o montante de € 30.119,60 (cfr. avaliação junta em anexo como Doc. n.º 1 que aqui se dá por integralmente reproduzida para os devidos efeitos); -----

kk) Que na sequência de negociações encetadas entre o Município e os proprietários do prédio, os mesmos aceitam vendê-lo pelo preço de € 30.000,00; -----

ll) Que José Manuel Pereira Coutinho e Rosa da Conceição Araújo de Oliveira já aceitaram que a sua futura casa de morada de família seja construída no prédio identificado no considerando dd); -----

mm) Que razões de interesse público, designadamente as expostas, aconselham a aquisição do prédio descrito no considerando dd) pelo valor de € 30.000,00; -----

Proponho: -----

Que a Câmara Municipal delibere: -----

A aquisição (por compra) pelo Município de Paredes de Coura a Manuel da Cunha Gomes, NIF 147 514 304 e esposa Ana Maria Gonçalves Veiga Gomes, NIF 141 960 280, pelo preço de € 30.000,00 (trinta mil euros), a pagar pelo Município numa só tranche, na data de celebração da escritura que titule a compra e venda, do prédio rústico, sito no Lugar de Carvalhas, união de freguesias de Formariz e Ferreira, no concelho de Paredes de Coura, inscrito na matriz predial rústica da união de freguesias de Formariz e Ferreira sob o artigo 2532.º, o qual proveio do artigo 1121.º da extinta freguesia de Ferreira, descrito na Conservatória do Registo Predial de Paredes de Coura sob o n.º 277, livre de quaisquer ónus ou encargos. -----

**Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta, na integra, a proposta supratranscrita. -----**

### **AQUISIÇÃO DE IMÓVEL SITO EM NOGUEIRA, PAREDES DE COURA**

**PONTO 18: Apreciação, discussão e votação de proposta de aquisição do prédio urbano, sito em Nogueira, união de freguesias de Paredes de Coura e Resende, concelho de Paredes de Coura, descrito na Conservatória do Registo Predial de Paredes de Coura sob o n.º 950 e inscrito na matriz predial urbana da União das freguesias de Paredes de Coura e Resende sob o artigo 777, e de minuta do contrato de compra e venda, que se transcreve: -----**

*“Considerando: -----*

*a) Que, nos termos do previsto no artigo 23.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, constituem atribuições do Município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias, dispondo o Município de atribuições, designadamente, ao nível do equipamento rural e urbano; da energia; dos transportes e comunicações; do património; do ambiente; da promoção do desenvolvimento e do ordenamento do território e urbanismo; -----*

*b) Que, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor até 1000 vezes a RMMG; -----*

*c) Que as oficinas do Município de Paredes de Coura funcionam atualmente num espaço improvisado, localizado na Vila de Paredes de Coura, resultante da adaptação do estaleiro da obra de construção do Bairro Social 25 de Abril – feita nos anos oitenta – e que se foi mantendo, temporariamente, de forma indefinida; -----*

*d) Que o cariz precário da mencionada solução se reflete nas condições do espaço e do estaleiro, mesmo ao nível das condições sociais garantidas aos funcionários que, respeitando as regras de higiene e segurança vigentes, deixam muito a desejar; -----*



## MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

- e) Que o espaço onde funcionam as oficinas municipais, dada a sua antiguidade, encontra-se francamente debilitado e desatualizado, sendo constituído por vários galpões, a maioria, no interior, em madeira, apresentando-se a madeira gasta e danificada em múltiplos pontos; -----
- f) - Que os referidos galpões têm infiltrações variadas e o telhado dos mesmos é constituído por fibrocimento;
- g) Que a localização do espaço também não é a ideal pois o mesmo situa-se, num local extremamente húmido, nas proximidades da escola Básica de Paredes de Coura e da zona residencial do Bairro Social 25 de Abril, sendo as referidas estruturas afetadas, há vários anos, pelos ruídos, poeiras, vibrações, circulação de camiões pesados de recolha de lixo; entre outras condicionantes provenientes das oficinas municipais;
- h) Que face aos motivos indicados, entre outros, importa não protelar mais e encontrar um espaço com condições adequadas para se proceder à instalação definitiva das oficinas municipais; -----
- i) - A existência, no lugar de Nogueira, união de freguesias de Paredes de Coura e Resende, concelho de Paredes de Coura, de um pavilhão encerrado e sem uso (onde funcionou a antiga fábrica dos quadros (Corkline)) com área de superfície coberta, adaptada à circulação interior de veículos pesados, com cais de carga coberto edificado e área administrativa de apoio; -----
- j) - Que o referido pavilhão se encontra relativamente perto do centro da vila de Paredes de Coura, não dispõe de aglomerado habitacional consolidado nas imediações e possui condições ótimas para a instalação no local das oficinas municipais, tanto a nível de espaço como de condições de trabalho para os trabalhadores, sendo necessárias poucas obras de adaptação à aludida finalidade; -----
- k) Que tal pavilhão integra o prédio urbano composto de rés-do-chão, escritório e desenvolvimento da produção, armazéns e atividade industrial, sito em Nogueira, União de freguesias de Paredes de Coura e Resende, concelho de Paredes de Coura, descrito na Conservatória do Registo Predial de Paredes de Coura sob o n.º 950/20071102 e aí registado a favor da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Noroeste, CRL. pela inscrição ap. 1146 de 2015/10/16 e inscrito na matriz predial urbana da União das freguesias de Paredes de Coura e Resende sob o artigo 777.º, com o valor patrimonial de € 260.471,65; -----
- l) - Que foi realizada uma avaliação independente e isenta ao aludido imóvel, tendo resultado como seu valor de mercado o montante de € 156.475,20 (cfr. avaliação junta em anexo como Doc. n.º 1 que aqui se dá por integralmente reproduzida para os devidos efeitos); -----
- m) Que há vários anos se entende que o local ideal para instalação das oficinas municipais é o prédio aqui em causa, no entanto, uma vez que o direito de propriedade sobre o mesmo esteve, durante anos, a ser disputado em juízo, concretamente no Processo n.º 2889/17.5T8VCT que correu termos no Tribunal Judicial da Comarca de Viana do Castelo, Juízo Central Cível de Viana do Castelo, Juiz 1, pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. e pela Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Noroeste, CRL., entendeu-se prudente aguardar o trânsito em julgado da decisão proferida no âmbito do referido processo, de molde a saber-se, com total certeza, a quem pertence o mesmo; -----
- n) Que a decisão que colocou termo ao Processo n.º 2889/17.5T8VCT julgou procedente a reconvenção deduzida pela Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Noroeste, CRL. e, em consequência, declarou que a mesma é legítima proprietária do prédio identificado no considerando K); -----
- o) Que depois de a referida decisão ter transitado em julgado, o Município de Paredes de Coura iniciou conversações com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Noroeste, CRL. no sentido de perceber se a mesma estava interessada na venda do imóvel e por qual valor; -----
- p) Que, na sequência das referidas conversações, as partes encetaram negociações com vista à compra e venda do prédio e, no desenrolar das mesmas, a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Noroeste, CRL. aceitou vendê-lo ao Município pelo preço de € 150.000,00; -----





## MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

q) Que razões de interesse público, designadamente as expostas, aconselham a aquisição do prédio supramencionado pelo aludido valor de € 150.000,00;-----

Proponho:-----

Que a Câmara Municipal delibere:-----

A aquisição (por compra) pelo Município de Paredes de Coura à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Noroeste, CRL., pelo preço de € 150 000,00 (cento e cinquenta mil euros), do prédio urbano composto de rés-do-chão, escritório e desenvolvimento da produção, armazéns e atividade industrial, sito em Nogueira, união de freguesias de Paredes de Coura e Resende, concelho de Paredes de Coura, descrito na Conservatória do Registo Predial de Paredes de Coura sob o n.º 950/20071102 e aí registado a favor da Caixa Agrícola pela inscrição ap. 1146 de 2015/10/16 e inscrito na matriz predial urbana da União das freguesias de Paredes de Coura e Resende sob o artigo 777.º, com o valor patrimonial de € 260.471,65, nas condições constantes da minuta do contrato de compra e venda, a celebrar por escritura pública ou equivalente, junta em anexo como Doc. n.º 2, a qual aqui se dá por integralmente reproduzida para os devidos efeitos.-----

Aprovar a minuta do contrato de compra e venda do prédio identificado no ponto anterior, a celebrar entre o Município de Paredes de Coura e a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Noroeste, CRL., por meio de escritura pública ou equivalente, anexa como Doc. n.º 2.-----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta, na íntegra, a proposta supratranscrita.-----

### DIVISÃO DE URBANISMO E AMBIENTE

#### DESTAQUE DE PARCELA

**PONTO 19: Apreciação, discussão e votação de requerimento de Maria Augusta da Costa Gomes de Castro, residente em Rodízio, Rubiães, Paredes de Coura para emissão de certidão de destaque de parcela de terreno, conforme requerimento que se anexa.-----**

MARIA AUGUSTA DA COSTA GOMES DE CASTRO, residente em Rubiães, Paredes de Coura, na qualidade de proprietária do prédio rústico, inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Rubiães com o artigo nº 2480, descrito na Conservatória do Registo Predial de Paredes de Coura sob o nº 336/19921030, com a área total de 9 870,00m<sup>2</sup>, a confrontar de Norte com Adília Isaura da Cunha e Castro e outro, de Sul com Carolina Marques Ferreira, de Nascente com Caminho e Avelino Lima Araújo e do poente com Celso Ferreira Guerreiro e outro, vem requerer a V. Exa., a aprovação do pedido de destaque de parcela e emissão da certidão comprovativa do mesmo destaque, nos termos nº 4 e 5, do artigo 6.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 136/2014 de 09 de Setembro e posteriores. Ambas as parcelas ficarão a confrontar com o caminho público.-----

Dados resultantes do destaque: parcela a destacar - área do prédio: 4.009,00m<sup>2</sup>, confrontações: - Norte: Estrada Municipal 514 - Sul: Celso Ferreira Guerreiro - Nascente: Caminho e Maria Augusta da Costa Gomes De Castro - Poente: parcela restante (Maria Augusta da Costa Gomes de Castro) e caminho público.-----

Parcela restante - área do prédio: 5.861,00m<sup>2</sup> Confrontações: Norte: parcela a destacar (Maria Augusta da Costa Gomes de Castro) - Sul: Carolina Marques Ferreira - Nascente: Caminho e Maria Augusta da Costa Gomes de Castro - Poente: Celso Ferreira Guerreiro e outro.-----

O prédio em causa situa-se em perímetro urbano e cumpre, as condições referidas no nº 4 do artigo 6º do Dec. Lei nº 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei nº 136/2014 de 09 de setembro.-----

Mais declara que na instrução do presente pedido todos os dados correspondem à verdade, nada tendo omitido.

O técnico superior responsável pela Divisão de Urbanismo e Ambiente deu a informação com o seguinte teor: ---





## MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

Em conformidade com o disposto no n.º 4 do art.º 6º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei 136/2014, de 9 de setembro estão reunidas as condições de destaque, dado que ambas as parcelas confrontam com arruamentos públicos.-----

Deste modo considero não haver inconveniente na emissão da certidão solicitada.-----

De acordo com o n.º 7 do já referido artigo, o condicionamento da construção bem como o ónus do não fracionamento previstos nos números 5 e 6 devem ser inscritos no registo predial sobre as parcelas resultantes do destaque, sem o que não pode ser licenciada ou comunicada qualquer obra de construção nessas parcelas.-----

A certidão é emitida pela Câmara Municipal pelo que a aprovação do destaque terá que acontecer em reunião de Câmara.-----

Face ao exposto propõe-se que a Câmara Municipal aprove o destaque solicitado.-----

**Foi deliberado, por unanimidade, aprovar o presente pedido de destaque, nos termos do requerimento e informação técnica transcritos.**-----

### PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM A APCOURA – PASSAGEM DE ANO

**PONTO 20** **Apreciação, discussão e votação da proposta de protocolo para dinamização da Campanha de Natal no comércio tradicional, com a AEPCoura - Associação Empresarial de Paredes de Coura Espetáculos, que se anexa a esta ata e dela fica a fazer parte integrante.**-----

#### PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO

-----

1.º Outorgante: MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA, ente de direito público equiparado a pessoa coletiva nº 506 632 938, representado por Vítor Paulo Pereira - Presidente da Câmara Municipal de Paredes de Coura e;

2.ª Outorgante: AEPCoura - ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PAREDES DE COURA ESPECTÁCULOS, pessoa coletiva nº 510119913 representada por Helena Barbosa Ramos Fernandes – Presidente da Direção; -----

**Considerando que:** -----

- a) O Comércio tradicional é um importante fator de dinamização local;-----
- b) No topo das preocupações do Município de Paredes de Coura para a retoma da atividade económica, na sequência da pandemia causada pela doença Covid-19, está a necessidade de estimular a economia local, com particular destaque para o comércio de proximidade, como as pequenas lojas, a restauração, as mercearias tradicionais e cafés, de cuja subsistência dependem famílias inteiras;-----
- c) A Época de Natal é de grande importância para o comércio tradicional, importando que o Município, mediante o estabelecimento de parcerias, promova iniciativas que incentivem o consumo nos estabelecimentos locais; -----
- d) A AEPCoura é a única associação empresarial do concelho, com uma ampla representação dos comerciantes locais; -----
- e) A promoção de um sorteio nos termos do qual, na época natalícia, se atribuam aos consumidores vales de compras a serem descontado no comércio de Paredes de Coura, estando a participação no sorteio condicionada à obtenção de cupões através do consumo no comércio local (em regra um cupão por cada 15 euros em compras no comércio local de Paredes de Coura), incentiva duplamente o consumo local e a procura dos agentes económicos locais;-----
- f)-Nos termos do previsto no artigo 23.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, constituem atribuições do Município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias, dispondo o Município de atribuições, designadamente, ao nível da promoção do desenvolvimento; -----
- g) Nos termos da alínea ff) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal;



## MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

**Acordam entre si o presente protocolo nos termos das cláusulas seguintes:-----**

**1ª Cláusula -----**

O presente protocolo tem por objetivo o estabelecimento de uma cooperação estreita e articulada entre as partes, de modo a potenciar os resultados das suas ações de dinamização da Campanha de Natal no comércio tradicional de Paredes de Coura, no ano de 2020. -----

**2ª Cláusula -----**

As ações de cooperação integram a realização do sorteio de Natal: “Compre com Ternura. Compre em Paredes de Coura”. -----

**3ª Cláusula -----**

O 1.º outorgante obriga-se a: -----

Atribuir à AEPCoura o valor máximo de 5 409,31€ (cinco mil e quatro centos e nove euros e trinta e um cêntimos) para desenvolvimento de todo o processo de legalização do sorteio de natal, bem como para suportar o valor dos prémios (a ser gasto em compras no comércio tradicional), mediante apresentação de faturas comprovativas dos custos do processo inerente ao sorteio. Este valor é baseado numa estimativa de custo (ANEXO I), pelo que a AEPCoura se compromete a receber unicamente o valor correspondente aos custos reais que tiver com o sorteio, formalmente validados pelo Município, até ao limite máximo nesta cláusula estabelecido.

**4ª Cláusula -----**

A 2.ª outorgante obriga-se a: -----

Promover o Sorteio de Natal, legalmente autorizado pelas entidades competentes, de forma a valorizar o comércio e os produtores locais. -----

**5ª Cláusula -----**

A 2.ª outorgante obriga-se a: -----

Incluir a referência ao Município de Paredes de Coura e à AEPCoura como organizadores do evento, bem como outros possíveis apoios, em todos os instrumentos e materiais promocionais. -----

**6ª Cláusula -----**

O 1.º outorgante tem o direito de se pronunciar de forma vinculativa sobre a proposta de dinamização do evento apresentada pela 2.ª outorgante, nomeadamente quanto aos seguintes aspetos: -----

- - Número de prémios; -----
- - Regulamento; -----
- - Imagem; -----
- - Formas de publicitação e divulgação. -----

**7ª Cláusula -----**

O presente protocolo vigorará para a Época Natalícia 2020. -----

Por assim terem acordado e tal corresponder às vontades das partes, vão outorgar o presente protocolo, de que se farão dois exemplares (um para cada parte). -----

Paredes de Coura, 30 de novembro de 2020 -----

**Foi deliberado, por unanimidade, aprovar o protocolo com a AEPCoura - Associação Empresarial de Paredes de Coura Espetáculos, para dinamização da Campanha de Natal no comércio tradicional, no corrente ano de 2020, transcrito”. -----**



## MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

### FORNECIMENTO DE ENERGIA ELECTRICA PARA INSTALAÇÕES ALIMENTADAS EM BTE,BTN E BTN-IP

**PONTO 21: Apreciação, discussão e votação da proposta de abertura do concurso de fornecimento de energia elétrica para as instalações alimentadas em BTE, BTN E BTN-IP, conforme proposta técnica que se transcreve: -----**

Concurso Público: Fornecimento de energia elétrica para as instalações alimentadas em BTE, BTN e BTN-IP – 47/20\_B -----

Abertura do Procedimento-----

**1. CONSIDERANDO: -----**

- A obrigatoriedade para o Município na aquisição de serviços de fornecimento de energia elétrica, em regime de mercado livre;-----

- A integração do Município de Paredes de Coura na Central de Compras do Alto Minho, de acordo com deliberação do executivo de 12/01/2015, que pressupõe a seleção de fornecedores de energia elétrica em regime de mercado livre; -- -----

- Que está a decorrer o Acordo Quadro 01\_2019 da CIM Alto Minho, publicado em Diário da República com o n.º 3453/2019, em 04 de abril de 2019. -----

**2. PROCESSO INTERNO: -----**

- 47/20\_S;-----

**3. OBJETO: -----**

Fornecimento de energia elétrica para as instalações alimentadas em BTE, BTN e BTN-IP. -----

De acordo com a nomenclatura de referência aplicável aos contratos públicos CPV (Vocabulário Comum para os contratos públicos) adotada pelo Regulamento (CE) n.º 2195/2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008, de 28 de novembro de 2007, o objeto do presente procedimento tem a seguinte classificação: 09310000 – 5 Eletricidade. -----

**4. PRAZO DE VIGÊNCIA: -----**

- 1 ANO (12 MESES) -----

**5. PREÇO BASE:-----**

- 329.228,97€ (trezentos e vinte e nove mil duzentos e vinte e oito euros e noventa e sete centimos), acrescido de iva à taxa legal em vigor, que corresponde ao preço máximo admitido para a totalidade do período possível de vigência do contrato (1 anos), sendo ainda fixados, por lote, os seguintes preços base parciais e anuais: -----

-----Lote 1 BTN – 41.248,89€ -----

-----Lote 2 BTN-IP – 220.366,50€-----

-----Lote 3 BTE – 67.613,97€-----

- Em cumprimento do disposto no nº 3 do artigo 47.º, informa-se que preço base anual foi calculado em 329.228,97€ (trezentos e vinte e nove mil duzentos e vinte e oito euros e noventa e sete centimos), acrescido de IVA taxa legal em vigor, a partir da análise das tarifas aplicadas aos consumos estimados do Município para cada ciclo horário de fornecimento de energia elétrica (Energia Ativa: tarifa simples; Energia Ativa bi-horária: tarifa para horas fora do vazio ou tarifa para horas de vazio; Energia Ativa tri-horária: tarifa para horas de ponta, tarifa para horas cheias ou tarifa para horas de vazio), As tarifas são resultantes da consulta preliminar ao mercado efetuada pela CIM Alto Minho no âmbito do Acordo Quadro 01\_2019.-----

- Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar e de acordo com o artigo 47.º do CCP, o respetivo preço contratual não excederá o valor de 329.228,97€ (trezentos e vinte e nove mil duzentos e vinte e oito euros e noventa e sete centimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, para o ano de 2021.

**6. ENCARGOS COM CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS (ARTIGO 68.º DA LEI N.º 2/2020, DE 31 DE MARÇO):**



## MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

- Para a celebração de contratos de aquisição de serviços no setor local o artigo 68.º da Lei n.º 2/2020, de 31 de março que aprovou o Orçamento de Estado para 2020, estabelece que: “1 - Os valores dos gastos com contratos de aquisição de serviços celebrados nos termos do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, nas autarquias locais, entidades intermunicipais, que em 2020 venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto de contrato vigente em 2019, não podem ultrapassar: a) Os valores dos gastos de 2019, considerando o valor total agregado dos contratos, sempre que a mesma contraparte preste mais do que um serviço ao mesmo adquirente; ou b) O preço unitário, caso o mesmo seja aritmeticamente determinável ou tenha servido de base ao cálculo dos gastos em 2019. ... 4 - Em situações prévia e devidamente fundamentadas pelos serviços competentes, o órgão da autarquia local ou entidade intermunicipal com competência para contratar, em função do valor do contrato, pode autorizar a dispensa do disposto no n.º 1, nos termos previstos no artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, repristinado pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11 de abril.”;-----

- No presente procedimento é dado cumprimento ao disposto no artigo 68.º da Lei nº 02/2020, de 31 de março (LOE 2020), por via da dispensa de cumprimento do seu nº 1, no uso da faculdade conferida pelo nº 4 do mesmo artigo, face à alteração parcial do objeto do contrato, por comparação com o executado em anuidades anteriores (CPE's diferentes) e acima referenciado; -----

### 7. COMPROMISSO PLURIANUAL: -----

- Decorre do disposto no artigo 22.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho que a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente com a aquisição de serviços, não pode ser efetivada sem prévia autorização conferida pelo órgão deliberativo, salvo quando: a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados; b) Os seus encargos não excedam o limite de € 99.759,58 em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos;-----

- Relativamente aos compromissos plurianuais, estabelece-se no artigo 6.º, n.º 1, alínea c) da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso das Entidades Públicas (LCPA)), que “A assunção de compromissos plurianuais, (...) está sujeita a autorização prévia da assembleia municipal, quando envolvam entidades da administração local”, e o n.º 3 do mesmo artigo, que “Nas situações em que o valor do compromisso plurianual é inferior ao montante a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, a competência referida na alínea c) do n.º 1 pode ser delegada no presidente da câmara”;

- Ainda ao abrigo do artigo 12.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, determina-se que “Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano”; -----

- Não aplicável, considerando que o prazo máximo do presente contrato é de 1 ano (12 meses), com início previsto em 01-01-2021. -----

### 8. CABIMENTO E COMPROMISSO: -----

- Encontra-se inscrito na proposta de Orçamento Municipal para 2021, nas rubricas 02.022501 – Divisão Administrativa e Financeira, Aquisição de bens e serviços, Iluminação. -----

### 9. ESCOLHA DO PROCEDIMENTO: -----

- Consulta Prévia (Artigo 252.º, n.º 1, b) e Artigo 259.º, n.º 1 do CCP); -----

### 10. PEÇAS DO PROCEDIMENTO (ARTIGO 40.º, N.º 1, ALÍNEA c) DO CCP): -----

- Convite (artigos 41.º e 132.º do CCP); -----

- Caderno de encargos (artigos 42.º a 49.º do CCP). -----

### 11. JÚRI DO PROCEDIMENTO (ARTIGO 67.º, N.º 1 DO CCP): -----



## MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

Presidente: Ana Margarida de Barros Rebelo, Técnica Superior;-----

1º Vogal: Sofia Lages de Carvalho, Técnica Superior;-----

2º Vogal: Janine da Mata Azevedo Soares, Técnica Superior;-----

1º Suplente: Maria da Conceição Gonçalves Alves, Técnica Superior;-----

2º Suplente: Helena Susana Barbosa de Sousa, Assistente Operacional.-----

**12. GESTOR DO CONTRATO (ARTIGO 290.º-A DO CCP):**-----

O contraente público deve designar um gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste, propondo-se a nomeação de Maria da Conceição Gonçalves Alves.-----

**13. ÓRGÃO COMPETENTE PARA A DECISÃO DE CONTRATAR:**-----

O Executivo da Câmara Municipal, nos termos do artigo 33.º, n.º 1, alínea f) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, 12 de setembro e o artigo 18.º, n.º 1, alínea b) do Decreto-Lei n.º 197/99, 8 de junho.-----

**14. ENTIDADES A CONVIDAR:**-----

- Que sejam convidadas a apresentar propostas as entidades selecionadas no acordo quadro AQ\_01\_2019:

- - **EDP Comercial, Comercialização de Energia, S.A. – NIF 503504564;**-----
- - **Galp Power, S.A. – NIF 504723456;**-----
- - **HEN - Serv Energ. Lda. – NIF 510287050;**-----
- - **Endesa Energia, SA (Sucursal de Portugal) – NIF 980245974;**-----
- - **ROLEAR - Automatizações, Estudos e Representações, S.A. – NIF 500883750.**-----

**PROPOSTA PARA DELIBERAÇÃO DO ÓRGÃO COMPETENTE:**-----

a) Decisão de contratar, de autorização da despesa e de escolha de procedimento para a “Fornecimento de energia elétrica para as instalações alimentadas em BTE, BTN e BTN-IP”, nos termos supra (artigos 36.º, 38.º e 39.º do CCP);-----

b) Aprovação do convite e do caderno de encargos, em anexo (artigos 40.º, n.º 2 e 39, n.º 3 do CCP);-----

c) Designação do júri (artigos 67.º, n.º 1 e 39, n.º 3 do CCP);-----

d) Delegação no júri das competências do órgão competente para a decisão de contratar (artigos 69.º, n.º 2 e 39, n.º 3 do CCP);-----

e) Designação do gestor do contrato (artigos 290.º-A e 39, n.º 3 do CCP).-----

**Foi deliberado, por unanimidade, nos termos da proposta técnica, aprovar:**-----

a) a decisão de contratar, de autorização da despesa e de escolha de procedimento para a “Fornecimento de energia elétrica para as instalações alimentadas em BTE, BTN e BTN-IP”, nos termos supra (artigos 36.º, 38.º e 39.º do CCP);-----

b) o convite e o caderno de encargos, em anexo (artigos 40.º, n.º 2 e 39, n.º 3 do CCP);-----

c) a designação do júri (artigos 67.º, n.º 1 e 39, n.º 3 do CCP);-----

d) a delegação no júri das competências do órgão competente para a decisão de contratar (artigos 69.º, n.º 2 e 39, n.º 3 do CCP);-----

e) a designação do gestor do contrato (artigos 290.º-A e 39, n.º 3 do CCP).-----

### AÇÃO SOCIAL

#### APOIO NA FREQUÊNCIA DE CRECHE - 3º TRIMESTRE DE 2020

**PONTO 22: Apreciação, discussão e votação de proposta de comparticipação de frequência de Creche relativa ao 3º trimestre de 2020, nos termos do artigo 5º Regulamento de Apoio à Natalidade, à Família e à População Idosa, de acordo com mapa anexo como documento que faz parte integrante desta ata.**-----

“Comparticipação de Creche – 3º trimestre 2020.”-----



## MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

---

Informa-se que relativamente aos processos de comparticipação de creche, nos termos do artigo 5º do Regulamento de Apoio à Natalidade, à Família e à População Idosa, foi apurado, no período de julho a setembro, o valor total de € 1 616,48 (mil seiscentos e dezasseis euros e quarenta e oito cêntimos), respeitante a 25 crianças. Os processos encontram-se instruídos em conformidade com o respetivo Regulamento e cada comparticipação foi calculada mediante a idade, mensalidade da creche (apresentação de recibos de pagamento) e escalão do abono de família da criança.-----

Anexa-se mapa, que fica a fazer parte integrante desta ata, onde constam os dados e valores correspondentes a cada beneficiário.-----

**“Foi deliberado, por unanimidade, autorizar o pagamento do valor total de € 1 616,48 (mil seiscentos e dezasseis euros e quarenta e oito cêntimos), correspondente ao 3º trimestre de 2020 e à comparticipação de creche de vinte e cinco crianças, constantes do mapa anexo, nos termos do artigo 5º, do Regulamento de Apoio à Natalidade, à Família e à População Idosa”. -----**

### **APROVAÇÃO DA MINUTA DESTA ATA**

----- No termo desta reunião, foi deliberado, unanimidade, esta ata em minuta. -----

### **ENCERRAMENTO**

----- E não havendo mais nada a tratar, foi, pelo presidente, encerrada a reunião, pelo que de tudo, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo presidente e pela secretária. -----